

Sumário

Número de notícias: 32 | Número de veículos: 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Por diálogo, Pacheco adia decisão sobre MP 4

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pacheco vai se reunir com Haddad para decidir sobre MP que reonera setores 6

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pacheco prega diálogo sobre a MP da reoneração 8

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pacheco busca solução negociada para MP 10

A GAZETA - MT - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Prazo para quitar os débitos finda dia 31 12

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Prazo para migração de MPEs vai até 31 de janeiro 13

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Especialistas contestam MP que cria limite para compensação de crédito 14

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contribuinte deve recorrer à Justiça 15

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Exclusão de MEI pode ser revista 16

PORTAL UOL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Desoneração, eólica no mar: as pendências econômicas do Congresso em 24 17

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Quem pode sacar os precatórios do INSS? (Como É Que É?) 18

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Armas e munições são excluídas do 'imposto do pecado' na reforma tributária promulgada:
'Retrocesso' 19

PORTAL R7 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

'Voa, Brasil', com passagens aéreas até R\$ 200, deve ser lançado até fevereiro, diz ministro 22

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Programa vai beneficiar aposentados e estudantes 23

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Passagens a R\$ 200 devem beneficiar 2,5 milhões 24

O POPULAR - GO - BUSSOLA
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentados e estudantes beneficiados 25

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Passagens de avião a até 200 reais para 3 milhões 26

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Voa Brasil terá passagens de até R\$ 200 para aposentados e alunos do Prouni 28

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Novas medidas tributárias causam insegurança jurídica 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Banco Mundial eleva previsão para o PIB 30

JORNAL NH - NOVO HAMBURGO - RS - PAIS/MUNDO
ECONOMIA

Simone Tebet: "Vamos apostar que Brasil vai crescer acima de 2% em 2024" 31

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Economia global vai desacelerar pelo 3º ano em 2024, diz Banco Mundial 32

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ÚLTIMAS
ECONOMIA

Banco Mundial diz que economia global em 2024 será o pior em 30 anos 33

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Tesouro busca emitir títulos longos após êxito em 2023 34

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Prévia do IGP-M cai, mas cenário do mês é incerto 36

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Dívida pública alta no mundo acende alerta de investidor 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Cenário macroeconômico pode tornar operação mais rentável 39

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Mercados têm dia negativo com agenda fraca 41

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Treasuries estão supervalorizados, diz Gross 42

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Itaú BBA ainda vê descontos na bolsa 43

Quarta-Feira, 10 de Janeiro de 2024

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Ibovespa é puxado pelas commodities 45

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Dólar interrompe sequência negativa 46

Por diálogo, Pacheco adia decisão sobre MP

edla lula

O governo ganhou mais um tempo antes que o presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), devolva a medida provisória que reonera a folha de pagamentos para 17 setores econômicos.

Mesmo sob pressão dos líderes da oposição, que eram maioria em uma reunião convocada só para debater o tema, nesta terça-feira, Pacheco preferiu percorrer o caminho da conciliação. Ele vai tentar construir alternativas com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Após a reunião, falando a jornalistas, o senador afirmou que o mais importante é "ter um bom encaminhamento nesse tema, sem ruptura, sem desgaste, sem polêmica".

Pacheco recebeu ofício assinado por nove frentes parlamentares que representam setores empresariais, pedindo a devolução sumária da MP.

Sem descartar a recepção da medida provisória, o presidente do Congresso disse que entre as opções estão a devolução integral, a devolução parcial ou a substituição da MP por um projeto de lei, a partir da negociação com o governo.

Dessa forma, Pacheco evita a atitude extrema de mandar a MP de volta para o governo. "Se não houver perspectiva de evolução da medida provisória, é natural que o instrumento legítimo cabível seja o projeto de lei de iniciativa do Executivo. Pode-se, inclusive, inserir a urgência constitucional, porque foi feito isso em alguns momentos no ano passado", explicou. "Não há nenhum problema nisso. É o trâmite normal do funcionamento legislativo e é muito natural na relação entre os Poderes que isso exista. É próprio da democracia." "Governo anuncia medidas para compensar desoneração Setor produtivo pede devolução da MP que reonera folha de pagamento Visão do Correio: Desoneração tranquiliza empresas e trabalhadores Uma possibilidade é a manutenção da MP, com a supressão apenas do item da reoneração, que seria encaminhado em forma de projeto de lei. Assim, o governo consegue preservar outros dois dispositivos considerados relevantes do ponto de vista da arrecadação.

Um deles limita o uso de créditos tributários decorrentes de decisão judicial transitada em julgado. Esse ponto da MP, inclusive, já foi regulamentado por

meio de portaria do Ministério da Fazenda e está valendo.

O outro item revoga, gradativamente, a isenção tributária para empresas do setor de eventos, no âmbito do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse).

O programa foi criado para socorrer empresas durante a pandemia, mas foi renovado, com previsão de se encerrar em 2026.

Haddad argumentou que os dados da **Receita Federal**, a partir da renúncia fiscal proveniente do Perse, mostram que o setor conseguiu se recuperar da crise. Enquanto a previsão de renúncia seria de R\$ 4 bilhões por ano, segundo a Receita, somente em 2023 o montante que o governo deixou de arrecadar com o benefício chegou a R\$ 16 bilhões.

Pacheco disse acreditar que seja "equilibrada" a medida que prevê o limite para as compensações. "A tese da compensação é palatável", comentou.

No caso do Perse, o senador lembrou que havia um compromisso de que, se superasse muito (a previsão de renúncia) poderia haver uma rediscussão em relação ao programa. "(O Perse) é um tema que pode também ser debatido (na MP) e é importante e bom que haja esse debate", comentou Pacheco.

Mesmo deixando claro que só decidirá após o encontro com Haddad, o presidente do Congresso fez questão de afirmar a posição do Parlamento contrária à reoneração da folha.

"Em relação à desoneração, eu, como presidente do Congresso, tenho que afirmar que foi uma opção do Congresso Nacional. A desoneração da folha por mais quatro anos é uma decisão do Congresso Nacional", reiterou, referindo-se ao projeto de lei que prorrogou a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores.

Depois de passar por alguns reveses? com a aprovação da proposta na Câmara e no Senado, seguida do veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, depois, a derrubada do veto pelo Congresso?, o tema voltou a ser discutido, com o envio da Medida Provisória 1.202/2023. Entre outros itens, a MP revoga a lei da desoneração e traz de volta a cobrança da alíquota patronal, de maneira gradual.

A desoneração da folha foi criada em 2011, como

medida emergencial, no governo da então presidente Dilma Rousseff, mas foi prorrogada diversas vezes. O benefício substitui a contribuição patronal paga sobre a folha de pagamentos, de 20%, por uma contribuição sobre o faturamento das empresas, com alíquotas que variam entre 1% e 4,5%.

Volta às férias O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deixou ontem o gabinete da pasta em São Paulo, após reuniões, e retornou às férias. A previsão é de que ele volte ao trabalho na próxima segunda-feira.

Pacheco vai se reunir com Haddad para decidir sobre MP que reonera setores

VICTORIA ABEL victora.abel@bsb.oglobo.com.br
BRASILIA

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse ontem que a decisão sobre a devolução da medida provisória (MP) que reonera gradualmente 17 setores intensivos em mão de obra será tomada após uma conversa com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Líderes do Senado pediram a Pacheco que o texto seja devolvido de forma integral e que os temas sejam debatidos por meio de projetos de lei.

Entidades empresariarias endossam esse pedido. O presidente do Senado disse que vai informar sua decisão ainda neste mês.

- Não tomarei uma decisão sem conversar com o ministro Fernando Haddad. Seria cômodo devolver sem encontrar solução (para a compensação). Quero levar o assunto ao ministro para encontrarmos uma solução no mérito e, em seguida, discutirmos a forma. Se deixamos parte em MP ou parte em PL (projeto de lei). O que eu disse aos líderes é que temos que manter o compromisso com o déficit zero (em 2024) - comentou Pacheco, após reunião com líderes.

Devolver a MP significa, na prática, rejeitar a proposta, que perderia a validade. Essa é uma prerrogativa do presidente do Congresso.

REUNIÃO ESTA SEMANA

A medida provisória vai contra uma decisão do Congresso, que já havia derrubado o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e renovado a desoneração da folha salarial de 17 setores por mais quatro anos -até 31 de dezembro de 2027.

Pacheco vai procurar Haddad ainda esta semana. O presidente do Senado demonstrou, porém, que a manutenção da desoneração da folha de pagamento já foi uma escolha convicta do Congresso Nacional: -A desoneração foi decidida pelo Congresso de forma muito convicta. Houve uma decisão. Mas é direito do governo enviar um remodela-mento por meio de um PL.

O veto de Lula foi derrubado por ampla maioria pelo Congresso em dezembro. No Senado, foram 60 votos pela derrubada e 13 pela manutenção. Na Câmara,

378votos pela derrubada e 78 contra.

Em relação à justificativa do governo de que a desoneração dos 17 setores poderia colocar a meta fiscal de déficit zero em risco, Pacheco disse discordar e que há outros mecanismos, tanto de arrecadação quanto de corte de despesas.

Na semana passada, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dário Durigan, disse **temer** que a derrubada da MP ou a devolução da medida possa obrigar a pasta a mudar a meta de déficit zero prevista para este ano. No mercado financeiro, contudo, a previsão é que o país tenha déficit fiscal em 2024 e que a meta corre o risco de ser alterada independentemente da desoneração da folha.

IMPOSIÇÃO DE UMA AGENDA"

Durante a reunião ontem, senadores, incluindo alguns da base do governo, pediram a Pacheco a devolução total da MP. Eles querem que o Ministério da Fazenda envie um projeto de lei sobre o tema, para uma discussão mais ampla e sem prazo determinado.

- O encaminhamento foi para devolução total da matéria. A grande prioridade é gerar emprego. A MP traz insegurança jurídica. As empresas já puxaram o freio de mão. Foi dito desde o primeiro momento ao governo que um projeto de lei era um sinal de diálogo. Trazer uma proposta por meio de MP é visto como imposição de uma agenda -disse o líder do União Brasil, Efraim Filho (PB), autor do projeto da desoneração.

A MP foi publicada em 29 de dezembro. O texto prevê o retorno gradual da cobrança de **impostos** sobre a folha de pagamentos de 17 setores intensivos em mão de obra, que empregam mais de 9 milhões de pessoas.

O texto contraria uma proposta promulgada pelo Congresso, que permitia a empresas desses setores substituir a contribuição previdenciária -de 20% sobre os salários dos empregados -por uma alíquota sobre a receita bruta que varia de 1% a 4,5%, de acordo com o setor e o serviço prestado.

Frentes parlamentares como a do empreendedorismo e a da agropecuária também já defenderam que

Pacheco devolva a MP.

Além da reoneração parcial da folha de pagamento, a MP prevê outras duas medidas. Uma limita as compensações tributárias feitas pelas empresas. A outra prevê mudanças no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), criado na pandemia para beneficiar o setor cultural e prorrogado pelo Congresso, em maio, até 2026.

"A desoneração foi decidida pelo Congresso de forma muito convicta. Houve uma decisão" Rodrigo Pacheco, presidente do Senado

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Pacheco prega diálogo sobre a MP da reoneração

Caetano Tonet, Julia Lindner, Marcelo Ribeiro, Mariana Assis e Jéssica Sant"Ana

Pressionado por seus pares, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu um amplo diálogo entre governo e parlamentares para tomar uma decisão sobre uma eventual devolução da medida provisória (MP) que a reonera a folha de pagamento dos 17 setores intensivos em mão de obra. Pacheco deve conversar nesta quarta-feira (10) com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e pretende procurar o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

O sistema de desoneração da folha permitia que as empresas de alguns setores intensivos em mão de obra substituíssem a contribuição de 20% sobre salários por uma alíquota de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. O Congresso prorrogou esse tratamento, mas o Executivo vetou a iniciativa e editou uma MP no sentido contrário.

Nessa terça-feira (9), após reunião de líderes convocada para tratar do assunto, Pacheco reconheceu que a edição da MP por parte do Executivo "gerou uma estranheza" no Legislativo, já que o Congresso havia se posicionado mais de uma vez sobre o assunto.

"Há uma percepção do colégio de líderes do Senado de que há um vício na MP. A decisão da presidência do Congresso será tomada cumprindo etapas", afirmou. "Não tomarei decisão sobre devolução integral ou parcial sem conversar com o ministro Fernando Haddad. É muito importante haver esse diálogo entre Legislativo e Executivo porque todos nós queremos dar a sustentação fiscal para aquilo que nós abraçamos, que foi a busca do déficit zero", acrescentou Pacheco.

Pacheco lembrou que Haddad o procurou antes da edição da MP pedindo um voto de confiança e que alertou o ministro que "a desconstituição de algo feito pelo Congresso poderia gerar reações políticas", o que ocorreu.

"Compreendemos a boa vontade dele, não há nenhum tipo de dúvida disso", disse Pacheco. "Não quero polemizar em torno disso. Mas nós temos nossos limites também", complementou.

Pacheco acredita que, caso a MP não avance, o governo deve encaminhar alterações na matéria aprovada pelo Congresso por meio de um projeto de lei. "Se não houver perspectiva de evolução da medida provisória, seja por rejeição, por devolução ou por caducidade, é natural que o governo queira ver um remodelamento faça por projeto de lei. Não seria nenhum tipo de afronta", pontuou Pacheco.

O presidente do Senado disse ainda que todas as possibilidades existem: a devolução total, a devolução parcial ou a não devolução.

Apesar da postura de Pacheco, integrantes da oposição dão como certa a devolução da matéria. Após o encontro, o líder do PL, Carlos Portinho (RJ), passou a divulgar nas redes sociais que "será devolvida a MP".

"Vencemos a batalha mas a guerra continua e eu na trincheira defendendo aqueles setores que geram empregos e desenvolvimento ao país", escreveu o parlamentar.

Líder do PP, a senadora Tereza Cristina (MS) reforçou a tese de que o governo pode enviar um projeto de lei em regime de urgência logo após a MP ser possivelmente devolvida.

"Hoje, na reunião, o meu posicionamento foi pela devolução integral da medida provisória. O governo deveria encaminhar um projeto de lei para que possamos, em regime de urgência, discutir melhor os vários aspectos dessa proposta. E assim garantir segurança jurídica, emprego e renda no nosso país", declarou Tereza.

Para ela, o governo "ignora a decisão do Congresso que retirou **impostos** sobre a folha de pagamento de 17 setores que geram muitos empregos".

Autor do projeto que prorrogava a desoneração, o senador Efraim Filho (União-PB) destacou que o movimento do Executivo causa insegurança jurídica para os setores.

"A MP tem um resultado prático. Ela gera a elevação do custo do emprego. Fica mais caro contratar. Ela traz insegurança jurídica. Muitas empresas já puxaram o freio de mão, suspenderam investimentos, aberturas

de novas filiais. A devolução da medida provisória também traz segurança jurídica para que os setores possam se planejar do ponto de vista tributário", disse Efraim.

Em outra frente, o Ministério da Fazenda recebeu nessa terça-feira as centrais sindicais em busca de um consenso sobre a reoneração da folha. Uma mesa de negociação está prevista para fevereiro.

"Nós apresentamos uma alternativa [a MP], a alternativa agora vai ser discutida junto aos trabalhadores, os empresários, o Congresso Nacional e nós temos convicção que essa alternativa do ponto de vista do desenho da política é bastante superior ao que temos hoje", afirmou o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, um dos mentores da MP.

No lugar de Haddad, Mello se encontrou com o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, e representantes de centrais sindicais (CUT, CTB, CSB, NCST, UGT e Força Sindical). Estava prevista a participação do secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, mas ele foi chamado para reunião no Palácio do Planalto.

Ao fim da reunião, Marinho afirmou que o diálogo aberto nesta terça será importante para que não haja a devolução da MP.

"O presidente Rodrigo Pacheco [terá sensibilidade] de não fazer a devolução, esperamos que esse diálogo possa surtir efeito nesse sentido, temos tempo para dialogar sobre isso. [A MP] vai entrar em vigor em abril, o que nos dá um prazo razoável de diálogo com trabalhadores, empregadores e o Congresso Nacional", afirmou o ministro do Trabalho e Emprego.

Sérgio Nobre, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), afirmou que é importante que se construa uma proposta negociada. "Nós viemos trazer a nossa preocupação, porque no local de trabalho gera uma preocupação com o emprego, o emprego é tudo que o trabalhador tem. É importante que haja um encaminhamento negociado."

"Há uma percepção do colégio de líderes do Senado de que há um vício na MP" Rodrigo Pacheco

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187759?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187759?page=1§ion=1)**

Pacheco busca solução negociada para MP

Agência Brasil

O presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), prometeu uma solução negociada para o impasse criado pela edição da medida provisória (MP) que reonera, gradualmente, a folha de pagamento de 17 setores econômicos. Já a oposição pede que Pacheco devolva a MP sem analisá-la, por entender que o Congresso já decidiu sobre o tema.

Pacheco se reuniu com nove líderes do Senado ontem, em Brasília, e prometeu conversar também com as demais lideranças da Casa, com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e com os líderes da Câmara, antes de decidir se devolve ou não a MP editada no final do ano passado. Ao editar a medida, o Executivo pretendeu aumentar a arrecadação para chegar ao déficit zero em 2024.

O presidente do Congresso destacou que o Legislativo tem compromisso com o déficit zero e ponderou que alternativas à reoneração da folha podem ser discutidas.

"Nós temos que ter compromisso não é com problema.

Seria muito cômodo simplesmente devolver [a MP] sem encontrar uma solução. Essa comodidade nós não queremos, queremos construir com o ministro Fernando Haddad uma solução de arrecadação que seja sustentável", disse.

Pacheco acrescentou que a decisão de devolver ou não, integral ou parcialmente, a medida provisória deve ser tomada ainda durante o recesso parlamentar, em janeiro, para dar previsibilidade aos setores atingidos pela medida.

"Pretendemos tomar essa decisão ainda no recesso até porque é muito importante ter estabilidade jurídica. Nós temos compromisso com a estabilidade jurídica. Imaginem vocês, esses 17 setores que têm a desoneração prevista nos seus orçamentos, na sua previsibilidade de negócio", explicou.

Após o Congresso Nacional derrubar, por ampla maioria, o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto que prorrogou a desoneração de 17 setores da economia, o governo editou a MP que prevê uma reoneração gradual desses setores.

Segundo a Fazenda, a medida visa recuperar R\$ 6 bilhões em arrecadação já neste ano.

Para Haddad, a desoneração representa um privilégio aos setores beneficiados, sem que o resultado de aumento de empregos tenha sido alcançado.

"O emprego desses 17 setores caiu. Essa medida foi tomada em 2011 para ser temporária, e os setores, no cômputo geral, desempregaram.

Aquela ideia original de que aumentaria o emprego se mostrou errada", justificou.

As lideranças da oposição sugerem que o governo envie um projeto de lei com o mesmo teor da MP para que possam discutir o tema sem a urgência criada pela medida provisória. Ao contrário de uma MP, projeto de lei não tem efeito imediato.

O relator da desoneração no Senado, Efraim Filho (União-PB), líder do União na Casa, argumentou que a MP é uma espécie de segundo veto a uma decisão que o Congresso Nacional já tomou.

"É a tentativa da imposição de uma agenda com a qual o governo não teve votos para sustentar em plenário.

A tramitação [da desoneração] ocorreu por dez meses e ficou muito clara a decisão do Congresso - que é um projeto com a cara do Congresso e de autoria do Parlamento - que, neste caso, não era arrecadar mais a grande prioridade. A grande prioridade é gerar empregos", afirmou. *

*

Medida deverá afetar o setor de eventos

Brasília - A medida em discussão também prevê uma revisão no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), que foi criado em 2021 para socorrer o setor com uma desoneração total de **impostos** em meio à paralisação provocada pela pandemia de Covid-19. A medida foi inicialmente prevista para durar dois anos, mas neste ano foi prorrogada para cinco anos pelo Congresso.

A medida também prevê novas regras para que as empresas possam compensar, junto à **Receita Federal**, os créditos tributários eventualmente obtidos em causas na Justiça contra a administração pública.

Antes, as empresas podiam compensar 100% desses créditos de uma vez, por vezes eliminando totalmente

o pagamento de **impostos** em determinado ano. Segundo estimativa parcial da Fazenda, somente neste ano foram R\$ 65 bilhões em perda inesperada de arrecadação somente com essas compensações.

Agora, tais compensações ficam limitadas, e os créditos tributários somente poderão ser descontados dos **impostos** a pagar de forma escalonada, mês a mês. A limitação para as compensações vale para créditos acima de R\$ 10 milhões, e os limites mensais ainda devem ser estabelecidos em ato do Ministério da Fazenda.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-10-01-2024/>

Prazo para quitar os débitos finda dia 31

Da Redação

Cerca de 400 mil microempreendedores individuais (MEI) em Mato Grosso e em todo o país podem ser excluídos do Simples Nacional por pendências atrasadas com a **Receita Federal**. As dívidas somam quase R\$ 2,2 bilhões. Aqueles que não regularizaram a situação junto ao fisco até 2023 e acabaram excluídos do regime ainda podem ficar em dia para voltar para a categoria ainda em 2024. O prazo para quitar os passivos expira em 31 de janeiro.

Conforme a autarquia, o microempreendedor individual nesta condição está apto a um novo pedido de enquadramento.

Por outro lado, caso ele tenha feito o pedido de impugnação do Termo de Exclusão, uma nova solicitação não poderá ser feita, pois essa ação suspende a exclusão e o contribuinte permanece optante pelo regime até que haja a decisão definitiva, podendo essa ser desfavorável ou não. (JF)

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Prazo para migração de MPEs vai até 31 de janeiro

(Com informações do Sebrae Minas)

Mais de 58 mil empreendimentos em Minas Gerais fizeram a migração para o Simples Nacional em janeiro do ano passado, o que representa um aumento de 9,6% no comparativo com o mesmo período de 2022, de acordo com dados da **Receita Federal**. As micro e pequenas empresas (MPÉs) que já atuam no mercado e que desejarem aderir ao regime de tributação simplificada terão até 31 de janeiro para solicitar a migração pelo Portal do Simples Nacional. Os empreendimentos que não enviarem o pedido dentro do prazo só poderão fazer o pedido em 2025.

Criado em 2006, o Simples Nacional facilita o recolhimento de contribuições e reduz a burocracia e custos para pequenos negócios. As empresas que optam por essa modalidade têm uma cobrança simplificada de oito **impostos** (ICMS, IPI, IRPJ, CSLL, PIS, Cofins, ISS E **INSS** patronal), que são feitos por meio de uma guia única mensal, o Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS).

"Dependendo da área de atuação, este regime tributário representa uma escolha vantajosa para os pequenos negócios que almejam uma carga tributária reduzida, menos despesas relacionadas à folha de pagamento, pouca burocracia e facilidade no cumprimento de suas obrigações fiscais. Mas claro, essa mudança depende de uma análise conjunta da empresa com a contabilidade", explica o presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae Minas, Marcelo de Souza e Silva.

Podem aderir ao Simples Nacional as empresas individuais ou sociedades empresárias, simples ou unipessoais, desde que tenham um faturamento de até R\$ 4,8 milhões por ano. Os empreendimentos não poderão ter pendências cadastrais e/ou fiscais, incluindo débitos com a **Receita Federal**, e nem fazer parte das exceções previstas na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar 123/2006).

"É importante lembrar que as empresas que já optaram pelo Simples Nacional não precisam fazer nova adesão, exceto aquelas que tiverem sido excluídas pela falta de pagamento dos seus **tributos** ou não tiverem cumprido os limites de faturamento anual previstos na lei", alerta Marcelo Silva.

Caso não haja irregularidades, o pedido de adesão será aprovado até o dia 15 de fevereiro. Dentro deste período, as empresas solicitantes poderão cancelar a adesão, desde que o pedido não tenha sido aprovado. As empresas que tiverem seus pedidos negados poderão contestar a irregularidade com a **Receita Federal** ou com o órgão que identificou o impedimento.

"Dependendo da área de atuação, este regime tributário representa uma escolha vantajosa para os pequenos negócios que almejam uma carga reduzida"

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-10-01-2024/>

Especialistas contestam MP que cria limite para compensação de crédito

(Eduardo Cucolo/ Folhapress)

São Paulo - Advogados da área tributária avaliam que a medida provisória (MP) que limita a compensação de créditos tributários gerados por decisões judiciais não pode retroagir para prejudicar contribuintes que possuem valores a receber do governo.

Há discussões, no entanto, sobre quais empresas estariam protegidas da mudança na legislação anunciada no fim de 2023 para aumentar a arrecadação: somente quem entrou com pedido de compensação até o ano passado, todas as que obtiveram o direito ao ressarcimento na Justiça ou também aquelas que possuem ações que ainda não transitaram em julgado. Alguns advogados definem a medida como confisco, empréstimo compulsório ou calote.

O alvo do governo são as grandes empresas que se beneficiaram da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2021 na chamada tese do século, que trata da exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) da base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins).

Nesse caso, empresas que pagaram **tributos** a mais no passado ganharam o direito de descontar esses valores daquilo que é devido ao governo federal ou receber a restituição por precatório.

O Ministério da Fazenda propôs parcelar o uso desse abatimento quando o valor superar R\$ 10 milhões. A norma, publicada no final de 2023, está em vigor de forma provisória e precisa do aval do Congresso para se tornar definitiva.

Na última sexta-feira (5), o Ministério da Fazenda publicou portaria que estabelece os limites mensais para compensação de créditos tributários acima desse valor em um período de 12 a 60 meses, a depender do montante envolvido.

Durante o anúncio das medidas em dezembro, o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, afirmou que as decisões judiciais que ficaram acima desse patamar representaram R\$ 35 bilhões em créditos tributários no ano passado. Ele disse que a

restrição poderá representar uma arrecadação de cerca de R\$ 20 bilhões a mais em 2024.

Flávio Paranhos, sócio do Veirano Advogados, afirma que a decisão não poderia alcançar contribuintes que possuem decisões definitivas e já entraram com pedido de compensação junto à **Receita Federal**.

Encontro de contas - Segundo ele, em 2009, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a lei que regula a compensação tributária é aquela vigente na data do chamado encontro de contas (Tema 345).

Em 2011, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) definiu esse encontro de contas como o momento da entrega da primeira Declaração de Compensação (DComp) ao Fisco, que traz o valor total pago a mais ao governo.

"Não há direito adquirido na compensação, ela vai seguir a norma do momento", afirma Paranhos. "O ponto é que, quando a gente fala de encontro de contas, a própria Procuradoria da Fazenda, seguindo o entendimento do STJ, diz que esse momento é a apresentação da primeira declaração de compensação." Segundo o tributarista, a Receita não deve aceitar novas compensações com base nesse argumento, o que obriga as empresas a recorrerem ao Judiciário.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-10-01-2024/>

Contribuinte deve recorrer à Justiça

(Eduardo Cucolo/Folhapress)

São Paulo - O escritório Mattos Filho avalia que a limitação para a compensação de créditos tributários pode ser questionada na Justiça pelos contribuintes, inclusive em razão de a restrição trazida possuir características de empréstimo compulsório.

Eduardo Melman Katz, sócio da área de tributário do escritório, avalia que a restrição à medida provisória (MP) é mais ampla e cita a impossibilidade de aplicação para créditos de ações ajuizadas antes da nova norma, em linha com manifestações do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em situações análogas.

"Os créditos decorrentes de ações ajuizadas antes da MP não poderiam ser atingidos. A medida provisória e a portaria não trazem essa ressalva de forma expressa, de forma que muitos contribuintes certamente vão ingressar em juízo buscando preventivamente assegurar o direito de seguir compensando normalmente os seus créditos", afirma o Katz.

David Andrade Silva, tributarista e sócio da Andrade Silva Advogados, também avalia que a medida não deveria alcançar ações que já foram ajuizadas, mesmo nos casos que ainda não têm decisões definitivas.

A decisão do STF sobre a tese de século se deu em uma ação específica, que teve repercussão geral e deve ser aplicada a todos os outros casos que tramitam no Judiciário.

Silva afirma que muitas ações ainda não transitaram em julgado.

"A empresa percorre anos no Judiciário e, quando vai compensar, vem essa medida do governo de limitar a compensação no tempo e em percentuais. É um verdadeiro calote. Vai gerar uma judicialização enorme." Thiago Barbosa Wanderley, sócio do Salles Nogueira Advogados, afirma que a medida do governo representa duas afrontas à Constituição ao ir contra o direito adquirido e o princípio da legalidade.

Para o tributarista, a portaria não pode limitar a compensação de quem já tem ações que transitaram em julgado, mesmo que a declaração de compensação não tenha sido apresentada ainda.

"O governo está limitando a utilização de um crédito que já foi transitado em julgado.

Está obrigando a empresa a colocar a mão no bolso para pagar uma dívida, quando ela ainda tem um crédito substancial contra a União. Essa medida certamente vai ser alvo de uma corrida para o Judiciário." O escritório Machado Meyer diz que existem argumentos sólidos para questionar essa restrição em reaver valores recolhidos indevidamente para o fisco e que a alteração viola a coisa julgada e pode configurar possível confisco.

Bruna Miguel, sócia da área tributária do Machado Meyer, afirma que a MP não deixa claro qual será o alcance da restrição. "A portaria teve o condão apenas de dispor sobre o limite mensal mínimo que deverá ser observado pelo detentor do crédito para fins de compensação, não tendo tratado sobre a questão relacionada ao alcance dos efeitos dessa restrição, o que ainda poderá ser objeto de regulamentação por ato da Secretaria Especial da **Receita Federal**", afirma.

Segundo o Ministério da Fazenda, o objetivo da medida é resguardar a arrecadação federal ante a possibilidade de utilização de créditos bilionários para a compensação de **tributos**. A expectativa da pasta é que em 2023 a marca de R\$ 1 trilhão em débitos compensados nos últimos cinco anos tenha sido ultrapassada.

Quase 40% das compensações feitas desde 2019 envolveram decisões judiciais, sendo que 90% se referem à tese do século.

Sítio: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-10-01-2024/>

Exclusão de MEI pode ser revista

O microempreendedor individual (MEI) que foi excluído do Simples Nacional por dívidas com o Fisco tem até o dia 31 de janeiro para se regularizar e ser reincluído no regime especial de tributação. Segundo a **Receita Federal**, são cerca de 400 mil empresas com algum débito, somando aproximadamente R\$ 2,5 bilhões. Esta é uma nova chance para aquelas que não regularizaram suas pendências dentro do prazo, após notificação do governo em 2023.

Kályta Caetano, head de Contabilidade da plataforma de gestão MaisMei, explica que, de acordo com a Receita, legalmente o microempreendedor individual nesta situação está apto a um novo pedido de enquadramento. "Do dia primeiro até o último de janeiro, são realizadas novas verificações de pendências, o que permite o contribuinte solicitar uma nova opção. A verificação é feita pela União (RFB), Estados, DF e municípios, em conjunto. Portanto, a empresa não pode possuir pendências cadastrais ou fiscais, inclusive débitos, com nenhum ente federado", afirma.

Entretanto, caso o microempreendedor tenha feito o pedido de impugnação do Termo de Exclusão, ele não poderá fazer uma nova solicitação, pois essa ação suspende a exclusão e o contribuinte permanece optante pelo regime até que haja a decisão definitiva.

A especialista em contabilidade da MaisMei lembra que o ideal é sempre se organizar financeiramente para evitar a inadimplência e, conseqüentemente, a exclusão. Porém, quando não é possível, o microempreendedor individual deve aproveitar o novo prazo para não perder a oportunidade de garantir seus benefícios e formalidade.

"Considerando as diferenças com relação ao pagamento de **impostos**, dependência em relação a contabilidade, burocracia e custos com processos como a emissão de notas, ser MEI é muito mais vantajoso, por isso é importante a regularização dos microempreendedores que por alguma razão foram desenhadrados", ressalta Kályta Caetano.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-10-01-2024/>

Desoneração, eólica no mar: as pendências econômicas do Congresso em 24

Mariana Londres *Colunista do UOL 10/01/2024 04h00*

Não foi pouco o que o Congresso Nacional aprovou em 2023 em matérias econômicas. Além da primeira fase da **reforma tributária**, que vinha sendo discutida há 30 anos, o ano legislativo teve aprovações importantes na área, como o novo arcabouço fiscal, a regulamentação das bets, a tributação dos fundos dos super-ricos e as mudanças no voto de qualidade do **Carf**.

Mesmo assim, ficaram pendências para 2024, ano de calendário apertado no segundo semestre, pelas eleições municipais e pela movimentação para a sucessão dos presidentes das Casas: Arthur Lira (Câmara) e Rodrigo Pacheco (Senado) deixam os postos no início de 2025.

O calendário, portanto, é desafiador diante do pouco tempo e do grande volume e complexidade das matérias. Mas quais são as principais pendências da pauta legislativa na área econômica e o que deve ser votado em 2024?

O ano começa com esse desafio e essa grande pendência de 2023. O governo enviou em dezembro uma medida provisória que contraria a decisão do Congresso de prorrogar a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores por mais quatro anos e desonerar a folha de municípios pequenos. A medida prevê uma reoneração gradual dos setores e começa a valer no início de abril.

O texto foi mal recebido pelo Congresso. Apesar disso, a tendência não é de devolução da medida provisória, mas de uma solução negociada entre o Executivo e o parlamento.

Há 71 pontos para serem regulamentados por leis complementares, que podem ser divididos em oito grandes eixos:

Os textos já foram sancionados, mas o Congresso ainda tem que avaliar se mantém ou derruba dos vetos a esses projetos. Nas bets, o presidente Lula vetou a isenção de IR para ganhos até R\$ 2.112.

O governo tem até 20 de março para enviar uma proposta de reforma dos **impostos** sobre a renda. Em entrevista no início do ano, o ministro da Fazenda

admitiu que, apesar do envio, é difícil que a reforma seja aprovada em 2024.

Aprovado pelo Senado, o texto que traz recursos do exterior aos cofres públicos precisa ser analisado pela Câmara. Trata-se do PL 798/2021, com impacto inicial estimado pela Fazenda de R\$ 1,6 bi. O número é considerado conservador. O projeto está na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

O projeto (PL 4516/23) está em regime de urgência na Câmara e deve entrar na pauta no início do ano. O texto enviado pelo governo Lula tem cinco eixos com o objetivo de reduzir as emissões dos combustíveis: novos limites de mistura de etanol anidro à gasolina; captura e estocagem geológica de CO₂; Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação (ProBioQAV); Programa Nacional do Diesel Verde (PNDV) e regulamentação dos combustíveis sintéticos.

O PL 2148/2015 que regulamenta o mercado de créditos de carbono foi aprovado na Câmara, mas precisa ser analisado novamente pelo Senado.

Aprovado com muitos jabutis pela Câmara, precisa retornar ao Senado. Tratamos do avanço dele ao longo de 2022 e 2023 aqui na coluna.

Aprovado pela Câmara, precisa ser analisado pelo Senado.

Deve voltar à discussão, interrompida no ano passado pela complexidade do tema. Os reajustes dos planos de saúde neste início de ano devem dar tração à discussão.

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/mariana-londres/2024/01/10/desoneracao-impostos-eolica-em-alto-mar-as-pendencias-do-congresso-em-24.htm>

Quem pode sacar os precatórios do INSS? (Como É Que É?)

Neste mês de janeiro, o governo federal iniciou o processo de regularização do pagamento de precatórios anteriormente atrasados, decorrentes das emendas constitucionais 113 e 114 . Estas emendas possibilitaram que o governo Bolsonaro deixasse de cumprir parte do montante da dívida.

Um montante superior a R\$ 27,2 bilhões será direcionado, por meio de crédito extraordinário, aos beneficiários aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) que obtiveram decisões judiciais favoráveis em processos de concessão ou revisão de benefícios.

O dinheiro não cai diretamente na conta do credor. O TRF responsável pela ação inicia o processo de abertura de contas na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil para depositar o valor.

Para explicar como resgatar esse dinheiro, a apresentadora Isabella Faria conversa no Como É que É? desta quarta-feira (10) com a repórter Ana Paula Branco .

Canal no Youtube publica análises, entrevistas e documentários

Transmitido ao vivo direto da Redação da Folha , no centro de São Paulo, o programa da TV Folha vai ao ar de segunda a sexta-feira, pelos canais do jornal no YouTube , no Instagram , no Facebook e na Twitch .

Depois da transmissão, a íntegra das conversas segue disponível no canal da TV Folha no YouTube e também em versão áudio nos principais agregadores de podcasts.

Além do novo programa diário, a TV Folha publica no YouTube entrevistas, reportagens e minidocs sobre diferentes temas do noticiário.

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Recurso exclusivo para assinantes

assine ou faça login

Leia tudo sobre o tema e siga:

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha?

Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui).

Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store ou na Google Play para receber alertas das principais notícias do dia.

A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 200 colunistas e blogueiros. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/tv/2024/01/quem-pode-sacar-os-precatorios-do-inss.shtml>

Armas e munições são excluídas do 'imposto do pecado' na reforma tributária promulgada: 'Retrocesso'

Em meio ao vai e vem da tramitação da **reforma tributária**, promulgada no último dia 20, as armas e munições foram excluídas da lista do 'imposto do pecado' - apelido dado ao Imposto Seletivo (IS), um 'terceiro' tributo que tem como objetivo desincentivar o consumo de alguns bens e serviços.

O Imposto Seletivo tem uma função similar à que antes era atribuída ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). De acordo com o texto promulgado a partir das discussões da PEC 45/2019, incluído na Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 132/2023, passam a ser sobretaxadas a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Mas, agora, os armamentos não estão citados nominalmente.

Em versão anterior da redação da **reforma tributária**, como mostrado pelo Terra, chegou a ser previsto que o Imposto Seletivo também incidiria sobre armas e munições, "exceto quando destinadas à administração pública".

O advogado, doutor em Direito Internacional e coordenador de Justiça Social e Econômica da Oxfam Brasil, Jefferson Nascimento, explica à reportagem que o dispositivo, mantido pelo Senado, foi revertido pela Câmara na última votação relacionada à **reforma tributária**. "Sem dúvidas, é um retrocesso", avalia.

O que fica é um gosto amargo. Agora se inicia um amplo debate, que também vai levar um tempo importante, diz, adiantando já ter recebido sinalização por parte do governo de que a regulamentação do Imposto Seletivo será uma das prioridades do ano.

Entre as mudanças propostas pela **reforma tributária**, há a simplificação dos **impostos** sobre o consumo. Serão dois, para além do Imposto Seletivo de finalidade extrafiscal:

Atualmente, há uma alíquota de imposto sobre armamentos e munições maior do que a incidente sobre outros bens, considerando o caráter nocivo à saúde que esses itens podem provocar. Essa tributação é feita pelo IPI, que perderá seu caráter

extrafiscal com a unificação dos **impostos** propostos pela reforma.

Quem cumprirá essa função agora será o Imposto Seletivo, mas com a remoção das armas e munições do Imposto Seletivo, a indústria armamentista pode ser favorecida pela **reforma tributária**.

"Agora não há nenhum dispositivo previsto que assegure que esses bens terão uma alíquota diferente da alíquota média incidente, por exemplo, sobre alimentos, material escolar para crianças, livros e outros. Isso não faz sentido", explica o especialista.

Os **impostos** estão sendo substituídos, mas ainda não se sabe quais serão suas alíquotas. Ainda não há certeza sobre as taxas do Imposto Seletivo, nem dos futuros CBS e IBS. Isso passará a ser discutido nesta nova fase da **reforma tributária**.

O que se espera é que o Imposto Seletivo, sendo incidente sobre revólveres e pistolas, se estabeleça a partir dessa diferença entre a alíquota base do CBS e do IBS, para que, no mínimo, seja mantida a alíquota atual.

"Já que não se conseguiu prever explicitamente na Constituição armas e munições no escopo do Imposto Seletivo, o que caberá fazer é discutir esse tema no âmbito de sua regulamentação", explica Jefferson.

Um caminho possível, citado por ele, é promover debates para que os itens sejam incluídos no atual escopo do IS por conta de seu impacto sobre a saúde.

A Câmara dos Deputados, inicialmente, passou a **reforma tributária** com uma descrição ambígua sobre operações que seriam beneficiadas com uma redução de 60% das alíquotas de seus **tributos**. Foi direcionado que a redução poderia ser dada em casos de "bens e serviços relacionados à segurança e soberania nacional, segurança da informação e segurança cibernética".

Segundo o representante da Oxfam, esse trecho foi incluído no projeto ao final da tramitação da **reforma tributária** na Câmara, em meio à votação da agenda

aglutinativa. "Foi um tema que não passou por nenhum tipo de debate durante os meses que a PEC 45 tramitou na Câmara e nos despertou muita preocupação".

Em conformidade com o proposto pelas organizações, o Senado inverteu a ordem da frase. A alteração foi mantida pela Câmara e consta no texto final da agora Emenda Constitucional 132:

Art. 9º § 1º A lei complementar definirá as operações beneficiadas com redução de 60% (sessenta por cento) das alíquotas dos **tributos** de que trata o caput entre as relativas aos seguintes bens e serviços: XIII - bens e serviços relacionados a soberania e segurança nacional, segurança da informação e segurança cibernética.

Assim, caso seja possível retomar a sobretaxação de armas e munições, não haverá argumento para que as mesmas possam ter alíquotas reduzidas para casos que não são voltados à segurança nacional.

No geral, também foi mantido um parágrafo que enfraquece a dinâmica em torno do Imposto Seletivo. Como já explicado pela reportagem, esse trecho impede que o Imposto Seletivo incida sobre bens e serviços de alíquota reduzida:

Art. 9º..... § 9º O imposto previsto no art. 153, VIII, da Constituição Federal não incidirá sobre os bens ou serviços cujas alíquotas sejam reduzidas nos termos do § 1º

Para o representante da Oxfam, esse é um ponto de preocupação ainda maior pelo fato de que armas e munições saíram do escopo, pelo menos explícito, do Imposto Seletivo - mas que, de todo modo, o debate sobre esse trecho ultrapassa a questão da indústria armamentista.

Nascimento cita os insumos agropecuários -- previstos como passivos de redução de alíquota de 60%, mas que, sem um detalhamento mais preciso, podem ser considerados como parte desses insumos os agrotóxicos. "Vai haver um debate a respeito da aplicação do imposto seletivo, já que por conta desse parágrafo nono do artigo nono, uma coisa acaba travando a outra", finaliza.

Até o momento, como citado em notas técnicas lançadas em conjunto pelo Instituto Sou da Paz e a Oxfam Brasil, nos armamentos incide o IPI, PIS/Confins e o ICMS.

Levando em consideração os dados do Rio de Janeiro e de São Paulo, a tributação é dada da seguinte maneira:

Revólveres e pistolas

IPI (federal): 29,25%

PIS/Confins (federal): 9,25%

ICMS (estadual): 37% no RJ e 25% em SP

Tributação total: 75,5% no RJ e 63,5% em SP

Partes e acessórios de revólveres ou pistolas

IPI (federal): 29,25%

PIS/Confins (federal): 9,25%

ICMS (estadual): 37% no RJ e 25% em SP

Tributação total: 75,5% no RJ e 63,5% em SP

Cartuchos

IPI (federal): 13%

PIS/Confins (federal): 9,25%

ICMS (estadual): 37% no RJ e 25% em SP

Tributação total: 59,25% no RJ e 47,25% em SP

Em 2018, segundo a nota técnica das instituições, a tributação total para revólveres e pistolas era de 91,25% no RJ e de 79,25% em SP.

O gerente de projetos do Instituto Sou da Paz e mestre em Políticas Públicas, Bruno Langeani, ouvido pelo Terra em dezembro passado, acredita que o que motiva um olhar especial voltado à tributação de armas e munições é a série de danos secundários que esses produtos causam na sociedade.

"No Brasil, mais de 70% dos homicídios são cometidos com armas de fogo . Além dessas mortes violentas perpetradas, a arma de fogo também é um elemento usado para uma série de outros crimes que impactam a sociedade e o próprio desenvolvimento de um país. Na medida que um negócio fecha porque não aguenta mais ser roubado, ou que uma pessoa deixa de estudar à noite por medo de ser violentada, há um impacto grande no **PIB** do País", acredita.

Além disso, um estudo do Instituto Sou da Paz divulgado neste ano, referente a dados do ano passado, estima gastos anuais de R\$ 41 milhões no Sistema Único de Saúde (SUS) direcionados ao tratamento de pessoas internadas por conta de ferimentos de balas de arma de fogo . O gasto é 59%

maior do que o valor direcionado ao tratamento de outras formas de agressão. "Um produto que causa tantos danos, tantos malefícios, não pode ser um produto barato", complementa Langeani.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/armas-e-municoes-sao-excluidas-do-imposto-do-pecado-na-reforma-tributaria-promulgada-retrocesso,f7902265c0b76be7fc66ad3bff8095d4gecwghp3.html>

'Voa, Brasil', com passagens aéreas até R\$ 200, deve ser lançado até fevereiro, diz ministro

Brasília

**/
Ana Isabel Mansur, do R7, em Brasília**

O R7 está no WhatsApp, siga o nosso canal

RECORD

JORNALISMO

VARIÉDADES

Brasília | Ana Isabel Mansur, do R7, em Brasília

O "Voa, Brasil", programa que vai possibilitar a venda de passagens aéreas até R\$ 200, deve ser lançado até o início de fevereiro, informou nesta terça-feira (9) o ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, depois de reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). "Fizemos a validação com o presidente e esperamos que ele anuncie [o lançamento do programa] no fim de janeiro, no mais tardar, início de fevereiro", declarou Costa Filho.

Inicialmente, as passagens serão ofertadas para dois públicos - aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que recebem até dois salários mínimos e estudantes do Programa Universidade para Todos (ProUni). Os participantes não poderão ter viajado de avião nos últimos 12 meses. "A gente está trabalhando para já no começo de fevereiro quem entrar no site do 'Voa, Brasil' vai ter acesso à disponibilidade da compra de passagens. Por isso, queremos no dia do anúncio do presidente ter isso pronto", afirmou o ministro.

Segundo o titular da pasta, há cerca de 20,8 milhões de aposentados que recebem o teto do programa e aproximadamente 600 mil alunos do ProUni. Em um primeiro momento, o projeto deve contemplar entre 2,5 milhões e 3 milhões de integrantes desses grupos. O governo negocia com o setor privado e as principais companhias aéreas do país a possibilidade de comercialização de 6 milhões de bilhetes em 2024. Segundo Costa Filho, a conversa com as companhias

aéreas está "bem alinhada".

Clique aqui e receba as notícias do R7 no seu WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo Telegram

Assine a newsletter R7 em Ponto

O programa visa incentivar o turismo nacional e o desenvolvimento regional, além de promover inclusão social. A ideia é tornar as viagens de avião acessíveis a mais brasileiros e impulsionar o deslocamento no país, principalmente para localidades menos atendidas por esse tipo de transporte.

Carregando...

Brasília

Utilizamos cookies e tecnologia para aprimorar sua experiência de navegação de acordo com o Aviso de Privacidade .

Tenha à disposição toda a programação RecordTV e os conteúdos dos melhores canais em um só lugar.

Site: <https://noticias.r7.com/brasilia/voa-brasil-com-passagens-aereas-ate-r-200-deve-ser-lancado-ate-fevereiro-diz-ministro-09012024>

Programa vai beneficiar aposentados e estudantes

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou ontem que o programa Voa Brasil disponibilizará passagens a R\$ 200 e será voltado a aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que ganham até dois salários mínimos e estudantes do Prouni.

Segundo o ministro, esse público equivale a 20,6 milhões de pessoas, mas que a previsão é que cerca de 3 milhões sejam beneficiados num primeiro momento. Quem voou nos últimos 12 meses, por exemplo, não poderá ter acesso ao programa.

Após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Filho disse que o chefe do Executivo irá lançar o Voa Brasil até o meio de fevereiro, data em que serão dados todos os detalhes para ter acesso ao programa.

A ideia é que as passagens estejam disponíveis já no dia do lançamento do projeto. "A gente espera atingir num primeiro momento já 3 milhões de novos CPFs que vão viajar. Isso significa incluir quase um país do Uruguai na aviação brasileira ao longo de 2024", disse.

Site:

<http://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

Passagens a R\$ 200 devem beneficiar 2,5 milhões

**GABRIEL SABÓ IA gabrielsaboia@bsb.ogtobo.com.br
BRASILIA**

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou que o Voa Brasil, programa que garantirá passagens aéreas por até R\$ 200, será anunciado na primeira semana de fevereiro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo ele, cerca de 2,5 milhões de pessoas estarão aptas a emitir bilhetes assim que a iniciativa for oficialmente anunciada.

O primeiro grupo de contemplados será o de aposentados do **INSS** que recebem até dois salários mínimos e estudantes do Programa Universidade Para Todos (Prouni).

O ministro afirmou que esse público equivale a 20,6 milhões de pessoas, mas que a previsão é que cerca de 2,5 milhões sejam beneficiados no primeiro momento. Quem voou nos últimos 12 meses, por exemplo, não poderá ter acesso ao programa.

-Queremos que as passagens já possam ser emitidas no momento do anúncio do programa, o que deve ocorrer na primeira quinzena de fevereiro. Cerca de 2,5 milhões de pessoas serão contempladas imediatamente, o que equivale à população inteira de outros países - disse o ministro, após se reunir com Lula.

Costa Filho afirmou que o governo vai anunciar a quantidade de passagens que serão disponibilizadas para retirada nessa primeira etapa: -Os pensionistas, que estavam previstos para ser contemplados neste primeiro momento, entrarão em outro momento. Infelizmente, não conseguimos contemplar todos imediatamente.

SEM VERBA DA UNIÃO

De acordo com o ministro, não haverá dinheiro da União no projeto. Ele afirmou que, como contrapartida para as companhias, o governo já reduziu o valor do combustível de aviação em 19%. Além disso, trabalha para evitar a judicialização e busca créditos junto ao BNDES: -O que não podemos permitir são aumentos abusivos que penalizam o passageiro.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Aposentados e estudantes beneficiados

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou nesta terça-feira (9) que o programa Voa Brasil disponibilizará passagens a R\$ 200 e será voltado a aposentados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) que ganham até dois salários mínimos e estudantes do Prouni. O ministro afirmou que esse público equivale a 20,6 milhões de pessoas, mas que a previsão é que cerca de 3 milhões sejam beneficiados num primeiro momento. Quem voou nos últimos 12 meses, por exemplo, não poderá ter acesso ao programa.

Após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Filho disse que o chefe do Executivo irá lançar o Voa Brasil até o meio de fevereiro, data em que serão dados todos os detalhes para ter acesso ao programa. A ideia é que as passagens estejam disponíveis já no dia do lançamento do projeto. "A gente espera, de todos os aposentados e estudantes do Prouni, atingir num primeiro momento já 3 milhões de novos CPFs que vão viajar. Isso significa incluir quase um país do tamanho do Uruguai na aviação brasileira ao longo de 2024. Esse programa vai, sobretudo, ter papel social importante", disse.

Site: <https://opopular.com.br/digital/10-janeiro-2024/1o-caderno>

Passagens de avião a até 200 reais para 3 milhões

SÃO PAULO

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, disse ontem que o programa Voa Brasil disponibilizará passagens a até R\$ 200 e será voltado a aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que ganham até dois salários mínimos (R\$ 2.824) e estudantes do Prouni.

O ministro afirmou que esse público equivale a 20,6 milhões de pessoas, mas que a previsão é que cerca de 3 milhões sejam beneficiados num primeiro momento. Quem voou nos últimos 12 meses, por exemplo, não terá acesso.

O governo negocia com as aéreas para que seja possível vender 6 milhões de bilhetes em 2024.

Após reunião com o presidente Lula (PT), Filho disse que o chefe do Executivo vai lançar o Voa Brasil até o meio de fevereiro, data em que serão dados todos os detalhes para ter acesso ao programa. A ideia é que as passagens estejam disponíveis já no dia do lançamento do projeto.

"A gente espera, de todos os aposentados e estudantes do Prouni, atingir num primeiro momento já 3 milhões de novos CPFs que vão viajar. Isso significa incluir quase um país do Uruguai na aviação brasileira ao longo de 2024. Esse programa vai, sobretudo, ter papel social importante", disse.

O diretor-presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Décio Lima, também participa da agenda. A expectativa do Ministério de Portos e Aeroportos é de que até cerca de 5 milhões de CPFs que não viajam passem a voar a partir dos descontos da iniciativa.

O programa tem como objetivos incentivar o turismo nacional e o desenvolvimento regional, promovendo inclusão social. A ideia é tornar as viagens de avião acessíveis a um maior número de brasileiros e impulsionar o deslocamento dentro do País, principalmente para localidades menos atendidas por esse tipo de transporte.

O ministro tem a intenção de criar "um Voa Brasil internacional", para viabilizar a ida de estudantes ao exterior, com bolsas.

"O aluno de escola pública que quer fazer um curso em Cambridge, em Harvard, não tem condições. Pode ser uma proposta que venha a surgir nesse programa. Estamos trabalhando com as companhias aéreas para fazer um belo programa", afirmou Filho.

OS NÚMEROS

5 milhões

devem passar a voar com o plano

COSTA FILHO disse que quer criar um "Voa Brasil Internacional" para viabilizar viagens de estudantes ao exterior

Combustível mais barato para tentar derrubar preço

O ministro Silvio Costa Filho afirmou que o investimento do governo federal no programa será o "diálogo" e que o Executivo atua para melhorar o ambiente para o setor em três frentes. Uma delas é a redução do preço do combustível de aviação, que, segundo ele, já baixou 19% em 2023.

"A gente também tem trabalhado para buscar caminhos para reduzir a judicialização, porque o Brasil tem uma das maiores judicializações do mundo. E o terceiro ponto é crédito: a gente, ao lado do BNDES, tem trabalhado para que essas empresas possam buscar crédito junto ao BNDES e outros bancos para se financiar e ampliar capacidade de investimento para prover fortalecimento do setor."

O ministro tem sido o porta-voz do presidente Lula na briga com as companhias aéreas pelo barateamento das passagens. Em dezembro, alta temporada, quando as passagens disparam, os presidentes das três empresas do setor participaram de evento com Filho para anunciar uma série de esforços.

A Azul disse que vai fornecer 10 milhões de assentos por menos de R\$ 799 neste ano, enquanto a Gol estimou 15 milhões de passagens por até R\$ 699. A Latam, por sua vez, se comprometeu a elevar a oferta de passagens em 10 mil assentos por dia, o que será feito com aumento de frota.

Os dados da Anac mostram que o bilhete encareceu

nos últimos anos, saindo de uma média de R\$ 500 há menos de uma década (já com despacho de bagagem incluída até 2017), para mais de R\$ 600 (fora a cobrança para quem leva mala).

O QUE JÁ SE SABE

Voa Brasil

O PROGRAMA vai oferecer, a partir de fevereiro, passagens no valor de até R\$ 200 para aposentados pelo **INSS** e alunos do Programa Universidade Para Todos (Prouni) - de bolsas universitárias a alunos de baixa renda.

O PROGRAMA pretende incluir 3 milhões de novos passageiros no mercado da aviação brasileira só este ano. Esse número se refere a pessoas que viajaram há mais de um ano ou que nunca se deslocaram pela aviação comercial. O governo, porém, vê potencial de incluir 5 milhões de pessoas físicas no setor aéreo.

QUEM VOOU nos últimos dois anos não poderá participar do programa.

Consignado

O EX-MINISTRO Márcio França chegou a anunciar, em 2023, que o programa seria viabilizado com empréstimo consignado.

NA OCASIÃO, França havia informado que o limite para uso de passagens seria de até quatro trechos por passageiro por ano.

A PROPOSTA, na época, era que os bilhetes fossem vendidos como financiamentos voltados a aposentados e pensionistas do **INSS** e estudantes beneficiários do Fies.

O ATUAL MINISTRO Silvio Costa Filho. não falou sobre a possibilidade de venda no consignado, mas ela ainda pode ser anunciada, já que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende lançar o programa no próximo mês. Até lá, novidades podem surgir.

Ampliação

SERÁ LANÇADA em fevereiro a primeira etapa do programa. Se houver sucesso, o governo vai tentar buscar a ampliação outros segmentos da sociedade junto das empresas aéreas.

Fonte: Silvio Costa Filho e autoridades citadas.

FRANÇA: compra no consignado

Voa Brasil terá passagens de até R\$ 200 para aposentados e alunos do Prouni

Aline Brito

+

O Voa Brasi I deve atender em torno de 21 milhões de pessoas, sendo 3 milhões de novos passageiros, que terão direito à tarifa de R\$ 200 para as passagens aéreas. A estimativa é do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, que apresentou as projeções do programa, ontem, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O Brasil tem 200 milhões de habitantes e 30 milhões de CPFs, apenas, que viajam de avião. Com o Voa Brasil, vamos incluir novos CPFs, que vão ter a oportunidade de viajar por meio do programa. Isso significa trazer quase um Paraguai na aviação brasileira, explicou Costa Filho.

O ministro calcula, ainda, que o Voa Brasil beneficiará aproximadamente 20 milhões de aposentados pelo **INSS** que recebem até dois salários mínimos - além de 600 mil estudantes atendidos pelo ProUni. A expectativa é de que o programa saia do papel este mês e seja anunciado no início de fevereiro.

As três principais companhias aéreas do país (Latam, Gol e Azul) deram apoio ao Voa Brasil e devem, juntas, oferecer algo em torno de seis milhões de passagens a R\$ 200 por trecho viajado. Costa Filho, porém, evitou apresentar uma estimativa de bilhetes que serão disponibilizados - conforme disse, essa informação será confirmada por Lula na apresentação do programa.

No dia do lançamento, o presidente anunciará a quantidade de passagens que serão disponibilizadas. Esse é um programa que tem começo, meio e fim, afirmou o ministro.

Sem ampliação

Costa Filho explicou ainda que, por ora, não há a possibilidade de serem disponibilizadas passagens a R\$ 200 para outros grupos, além dos aposentados do **INSS** e dos estudantes do ProUni. Porém, isso não representa que a ampliação não seja feita futuramente.

A gente não tem condições de, do dia para a noite, apresentar um programa que possa abarcar mais setores da sociedade. Essa é a primeira etapa e, a

partir daí, com o programa funcionando, vamos tentar, cada vez mais, com as companhias aéreas, buscar a ampliação. Veremos a viabilidade desse programa ao longo de 2024. Espero que, no decorrer desses próximos três anos, possamos ampliar para mais setores da sociedade, salientou.

O Voa Brasil foi anunciado em março de 2023 e, na ocasião, o então ministro Márcio França afirmou que o programa começaria em agosto. O lançamento, porém, teve de ser adiado para que o governo fechasse a negociação com as companhias aéreas.

Segundo Costa Filho, tudo está bem alinhado com as empresas. Estamos trabalhando para que, no início de fevereiro, aquele que entrar no site do Voa Brasil, tenha acesso às passagens, garantiu.

Os bilhetes promocionais não serão disponibilizados em meses de alta temporada. As passagens contemplarão apenas dois períodos do ano: de março a junho e de agosto a novembro.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2024/01/6783590-voa-brasil-tera-passagens-de-ate-rs-200-para-aposentados-e-alunos-do-prouni.html>

Novas medidas tributárias causam insegurança jurídica

BRUNO FELDMAN E CLÁUDIO SÁ LEITÃO

O Governo Federal (GF), por meio da Medida Provisória (MP) nº 1.202, de 28.12.2023, anunciou um conjunto de novos procedimentos tributários, que será enviado ao Congresso Nacional (CN), com a finalidade de aumentar a arrecadação e combater o déficit das contas públicas federais nos próximos anos. A MP engloba as 3 (três) medidas: a 1ª medida limita a compensação de **tributos** federais, ou seja, os **impostos** pagos indevidamente, que já foram reconhecidos pela justiça, não poderão ser amortizados integralmente com os **tributos** que a empresa tenha a recolher.

Isso significa dizer que os créditos tributários superiores a R\$ 10 milhões somente poderão ser compensados, de forma escalonada/ gradual, como se fossem uma espécie de "parcelamento de créditos", cujo limite mensal de créditos será compensado, de acordo com o que for estabelecido em ato do Poder Executivo. Esse limite mensal a ser utilizado será graduado, em função do valor total do crédito decorrente de decisão judicial transitada em julgado.

Portanto, de acordo com a redação desta MP, mesmo após uma decisão judicial em que o direito do contribuinte é líquido e certo, haverá uma restrição e limitação do exercício deste direito, baseado nas novas regras estabelecidas pelo GF; a 2ª medida trata das mudanças no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), criado na pandemia para beneficiar o setor cultural e prorrogado pelo CN até 2026. Parte dos abatimentos tributários, incluídos nesse programa, será revogada gradualmente até 2025. Isso quer dizer que a desoneração sobre as contribuições sociais será extinta em maio de 2024, enquanto que o benefício para o Imposto de Renda só deve acabar em 2025; a 3ª medida, considerada a mais questionável de todas, revoga a chamada desoneração da folha de pagamento.

A partir dela, a reoneração da folha de pagamento passa a ser gradual, contrariando a prorrogação da desoneração promulgada pelo CN. De acordo com o texto da MP, no caso da reoneração da folha de pagamento das empresas, a mudança passa a valer em 1º de abril de 2024. Pela regra atual que o CN tinha renovado até 2027, 17 (dezessete) setores

estavam autorizados a substituir a alíquota de 20% sobre a folha de pagamento, por um percentual que varia de 1% a 4,5% sobre a receita bruta da empresa. Com base na referida MP, a contribuição previdenciária patronal volta a incidir sobre a folha de pagamento gradualmente. Portanto, essa MP, além do desprezo da segurança jurídica, pode ser considerada inconstitucional pelo fato de: (a) revogar os benefícios fiscais que ainda se encontram em vigor no caso do PERSE; (b) restringir as compensações de créditos tributários transitados em julgado; e (c) publicar uma MP, contrariando a prorrogação da desoneração promulgada pelo CN.

Site: <https://www.folhape.com.br/edicao-imprensa/2629/10-01-2024/>

Banco Mundial eleva previsão para o PIB

GUSTAVO NICOLETTA, ANDRÉ MARINHO e LAÍS ADRIANA

O Banco Mundial elevou a previsão de crescimento da economia brasileira em 2023 e 2024.

Citando o desempenho acima do esperado na atividade ao longo de boa parte do ano passado, o banco elevou a 3,1% sua estimativa para o **PIB** de 2023, bem acima da projeção anterior, divulgada em junho do ano passado, de expansão de 1,2%.

"A revisão para cima no crescimento de 2023 foi motivada pelos desempenhos mais fortes que o esperado na produção agrícola, no consumo privado e nas exportações nos três primeiros trimestres do ano", explicou Banco Mundial, em seu relatório sobre as perspectivas econômicas globais divulgado ontem.

Para 2024, a previsão agora é de que o **PIB** cresça 1,5% (ou 0,1 ponto porcentual a mais que na estimativa anterior), refletindo a desaceleração da atividade no segundo semestre de 2023 e a expectativa de produção agrícola mais moderada neste ano. "No entanto, a redução gradual tanto no índice cheio quanto no núcleo da **inflação** deve permitir mais cortes de juros, dando apoio às perspectivas de investimento e consumo de médio prazo", destacou a instituição.

O Banco Mundial elevou também a previsão de crescimento da América Latina e Caribe, puxada pelo alívio na **inflação** que abre espaço a um ciclo de relaxamento monetário nos países da região: o **PIB** latino-americano deve avançar 2,3% em 2024, 0,3 ponto porcentual acima da previsão de junho.

O relatório projeta ainda que a atividade na Argentina registre alta de 2,7%, em 2024, e de 3,2% em 2025, após contração de 2,5% em 2023.

Região

PIB da Argentina deve crescer 2,7% este ano, acima da alta prevista para a América Latina, de 2,3%

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Simone Tebet: "Vamos apostar que Brasil vai crescer acima de 2% em 2024"

Brasília - A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse ontem apostar que a economia brasileira vai crescer mais de 2% em 2024, contra a previsão menos otimista do mercado. O boletim Focus divulgado nesta segunda pelo Banco Central aponta avanço de 1,59% na estimativa de crescimento do **PIB** neste ano. "Estão falando que vai crescer 1,5%, então vamos apostar que o Brasil vai crescer acima de 2%", disse Tebet. (AE)

Site: <http://digital.jornalnh.com.br>

Economia global vai desacelerar pelo 3º ano em 2024, diz Banco Mundial

Pedro Borg

A economia global vai desacelerar pelo terceiro ano consecutivo em 2024, pressionado pelas taxas de juro elevadas, **inflação** alta persistente, forte retração do comércio e menor crescimento da China, aponta o Banco Mundial.

Em seu mais recente relatório Perspectivas Econômicas Globais, o Banco Mundial prevê uma expansão de 2,4% da economia global neste ano, de 2,6% no ano passado, 3% em 2022 e 6,2% em 2021 - que reflete a forte retomada da recessão de 2020 provocada pela pandemia de covid-19.

Segundo o relatório, o desempenho da atividade global no período de cinco anos até 2024 será o mais fraco desde o início da década de 1990, um "marco lamentável" que deixará uma em cada quatro economias em desenvolvimento mais pobre do que antes da pandemia de covid-19. Além disso, em cerca de 40% dos países mais pobres, o patamar econômico não terá retomado aos níveis de 2019, último ano antes da pandemia.

A entidade diz que o desempenho econômico para os próximos dois anos ainda será reflexo de um aperto na política monetária em todo o mundo, de condições de crédito restritas e de uma queda nos investimentos. O Banco Mundial estima que o crescimento mundial só voltará a acelerar em 2025, quando prevê alta de 2,7%.

"Sem uma grande correção de ramo, a década de 2020 será considerada uma década de oportunidades desperdiçadas. O crescimento a curto prazo permanecerá fraco, deixando muitos países em desenvolvimento-especialmente os mais pobres - presos em uma armadilha: com níveis paralisantes de dívida e acesso restrito a alimentos para quase uma em cada três pessoas", disse Indermit Gill, economista-chefe e vice-presidente sênior do Banco Mundial.

Entre as economias ricas, a dos EUA provavelmente encerrou 2023 com uma expansão de 2,5%, 1,4 ponto percentual acima do que o Banco Mundial estimava na metade do ano. Mas a maior economia do mundo também deve desacelerar este ano, para 1,6%, em virtude do aumento no custo de empréstimos e queda

nos gastos.

A economia da China, a segunda maior do mundo, deverá crescer 4,5% este ano e 4,3% em 2025, uma queda acentuada ante os 5,2% estimados para 2023. Pesa sobre a economia chinesa, que por décadas foi o motor do crescimento global, o colapso do seu gigantesco setor imobiliário, que reduziu a confiança dos consumidores, assim como desemprego recorde entre os jovens e rápido envelhecimento de sua população.

As perspectivas para América Latina, segundo o Banco Mundial, não diferem muito das médias globais, com previsão de redução do ritmo de crescimento em 2024. A previsão para a região melhorou em relação ao relatório anterior, muito por conta do desempenho das duas maiores economias, Brasil e México. Em relação ao Brasil, o Banco Mundial projeta um crescimento de 1,5% este ano. (Com agências internacionais)

"Sem uma grande correção de rumo, 2020 será uma década perdida" Indermit Gill

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187759?page=1§ion=1>

Banco Mundial diz que economia global em 2024 será o pior em 30 anos

O crescimento mundial na última meia década caminha para ser o pior em 30 anos. O dado é do relatório "Prospectos da Economia Global", divulgados nessa terça-feira (09/01), elaborado pelo Banco Mundial. Segundo a entidade, o desempenho econômico para os próximos dois anos ainda serão reflexo de um aperto na política monetária no mundo, por causa de condições de crédito restritas e de uma queda nos investimentos.

Com o cenário negativo, o Banco Mundial projeta que o crescimento da economia mundial deve reduzir pelo terceiro ano consecutivo em 2024, com uma avanço de 2,4%, frente a um crescimento de 2,6% em 2023. O Banco Mundial projeta que o crescimento só voltará em 2025, avançando 2,7%. Além disso, segundo o documento, o mundo ainda não conseguiu se recuperar totalmente da pandemia e que até ao final de 2024, uma em cada quatro pessoas que vivem em países emergentes e em cerca de 40% dos países mais pobres do mundo, o patamar econômico não vai ter voltado aos níveis de 2019, último ano antes da pandemia.

América Latina e Caribe Com relação às projeções da economia para a América Latina e o Caribe para os próximos anos não diferem muito das médias globais, com previsão de redução do ritmo de crescimento em 2024 para então voltar a registrar aumento da expansão econômica em 2025. Sobre o Brasil, a revisão foi para melhor. Segundo o Banco Mundial, a economia do país deve crescer 1,5% em 2024 e 2,2% em 2025, devido a resultados melhores do que o esperado na produção agrícola, no consumo privado e nas exportações nos três primeiros trimestres de 2023. O México, por sua vez, teve desempenho acima do esperado tanto no consumo privado como em investimentos, com crescimento mais forte do que o previsto pelo Banco Mundial.

"Sem uma grande correção de rumo, a década de 2020 será considerada de oportunidades desperdiçadas. O crescimento a curto prazo permanecerá fraco, deixando muitos países em desenvolvimento - especialmente os mais pobres - presos em uma armadilha: com níveis paralisantes de dívida e acesso restrito a alimentos para quase uma em cada três pessoas", disse Indermit Gill, Economista--Chefe e Vice-Presidente Sênior do Banco Mundial.

Resiliência

Muito embora as previsões sejam negativas, a instituição diz que as economias globais superaram os últimos anos com resiliência, já que o aumento das taxas de juros provocados pela alta generalizada da **inflação** não teve os impactos costumeiros no mercado de trabalho, que continuam aquecidos mesmo com uma política fiscal cada vez mais rígida.

Mesmo com o controle da **inflação**, a década de 2020 não deverá cumprir com aquilo que era esperado pelo Banco Mundial. "O final de 2024 marcará o meio do caminho do que se esperava que fosse uma década transformadora de desenvolvimento [...] em vez disso, o que se aproxima é um marco miserável: o desempenho de crescimento global mais fraco de qualquer meia década desde a década de 1990, com uma em cada quatro pessoas de economias em desenvolvimento mais pobres do que eram antes da pandemia".

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/>

Tesouro busca emitir títulos longos após êxito em 2023

Gabriel Roca e Víctor Rezende De São Paulo

Ainda que persistam algumas incertezas relacionadas à condução da política fiscal e à manutenção da meta de resultado primário, o Tesouro Nacional deve ter pela frente um ano com menos desafios na gestão da dívida pública. O menor volume de vencimentos em relação a 2023 e a demanda elevada por títulos públicos, já observada em novembro e em dezembro, podem dar sustentação a uma melhora na composição da dívida à frente, com a oferta de títulos de prazos mais longos.

Nos cálculos da Kinea Investimentos, as emissões de papéis da dívida pública em 2023 totalizaram R\$ 1,303 trilhão frente a vencimentos da ordem de R\$ 1,4 trilhão. E, neste ano, os vencimentos devem alcançar um nível ligeiramente menor, de cerca de R\$ 1,25 trilhão. "É um número relativamente sadio de vencimentos em 2024, já que tivemos um número maior em 2023. Além disso, a distribuição dos papéis emitidos no passado e que vencem em 2024 é melhor que a que enfrentamos em 2023", afirma Leandro Teixeira, gestor de renda fixa da casa.

Ele chama atenção para o grande volume de vencimentos que ocorreu já em 2 de janeiro. Do total, houve o pagamento de cupom de NTN-Fs (títulos prefixados com juros semestrais), de aproximadamente R\$ 21 bilhões, além do vencimento de cerca de R\$ 280 bilhões em prefixados curtos (LTNs), emitidos, majoritariamente, durante a pandemia. "Foi o bote salva-vidas do Tesouro em 2020 e vamos ver uma queda, do ponto de vista nominal, do colchão de liquidez. Depois, no entanto, há poucos vencimentos e há bastante tempo para esse caixa ser recomposto. É uma situação confortável", afirma.

O estrategista-chefe da Warren Investimentos, Sérgio Goldenstein, observa, inclusive, que já no fim do ano passado o Tesouro se valeu da melhora para ativos de risco no exterior para aumentar o montante semanal de emissões de títulos. "O volume colocado em dezembro alcançou R\$ 119,2 bilhões. Como houve apenas três semanas de ofertas públicas no mês, a média semanal foi de R\$ 39,7 bilhões, a maior do ano", diz, destacando, em especial, as fortes emissões de LTNs e de títulos indexados à taxa Selic (LFTs).

Mesmo com a alta das taxas dos juros futuros em 2024, os dois primeiros leilões do ano foram bastante expressivos. As vendas de LFTs e de NTN-Fs deste ano, inclusive, foram maiores que todas as realizadas em 2023, o que tem ajudado o Tesouro na estratégia de alongar a dívida. No fim de novembro, o prazo médio da dívida mobiliária federal estava em 3,92 anos.

Houve oferta de 7 milhões de NTN-Fs na quinta-feira, com foco nos títulos para 2035, colocada integralmente. Ontem, o Tesouro fez uma grande emissão de LFTs, ao emitir R\$ 25 bilhões com a venda de quase 1,8 milhão de papéis. O destaque ficou com a oferta de 1,5 milhão de títulos para março de 2030.

"Olhando à frente, temos visto uma demanda cativa por títulos pós-fixados. Ao contrário de 2020, quando o juro real era negativo, a taxa nominal, mesmo com a queda da Selic, ainda é atrativa e isso gera uma demanda ainda relevante pelas LFTs", diz Goldenstein. Para ele, mesmo ao se considerar uma Selic de 9% no fim do ano, a taxa de juros média de 2024 deve ficar em torno de 10%. "Ainda é um juro real muito positivo e atrativo", destaca o estrategista.

Goldenstein também observa que, desde novembro, o apetite por papéis prefixados aumentou de forma significativa diante do ambiente externo mais favorável. "Isso contribuiu para o deslocamento para baixo da curva de juros doméstica e esse aumento do apetite por prefixados. Os volumes de emissões de novembro e dezembro foram bem maiores que os volumes de julho a outubro", diz. E, para ele, a continuidade dos cortes na Selic deve consumir ainda algum prêmio na parte intermediária da curva de juros.

Na visão do executivo da Warren, o Tesouro deve manter uma estratégia ainda cautelosa, mas pode buscar algum aumento, ainda que discreto, da fatia dos títulos prefixados na dívida pública. "Dada a dinâmica positiva, é algo que o Tesouro deve perseguir.

É o que também diz o estrategista de renda fixa da BGC Liquidez, Daniel Leal, para quem o Tesouro deve manter firme a tentativa de concentrar as emissões em prefixados, mas sem se afastar tão cedo das vendas de LFTs. "Em 2024, vencem mais prefixados e o Tesouro deve pesar um pouco a mão nas emissões.

Podemos, inclusive, ver uma piora na composição da dívida devido aos vencimentos maiores de prefixados e as taxas flutuantes devem seguir com participação expressiva, em torno de 40% da dívida", afirma.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187759>

Mesmo assim, Teixeira, da Kinea, considera positivas as novidades no cronograma de leilões de títulos do Tesouro em 2024. Primeiro, a inclusão de vencimentos de LFTs para os meses de junho e dezembro. "Os meses que não têm fluxos de pagamento no Tesouro são esses meses. Mesmo que não tenhamos vencimentos em fevereiro e novembro, há pagamento de cupons de NTN-Bs [papéis atrelados à **inflação**]. Então, você vê que o próprio Tesouro está buscando uma distribuição de caixa mais homogênea ao longo do ano", afirma.

No entanto, Goldenstein, da Warren, alerta que o aumento nos vencimentos de LFTs pode diluir a liquidez. "Na medida em que a dívida está crescendo, faz sentido abrir mais um vencimento, mas não ofertar papéis que vencem em uma distância curta entre si, de apenas três meses. Isso pode diluir muito a liquidez entre esses dois títulos", diz. Além disso, ele se surpreendeu com a emissão de LTNs de prazo mais longo (com vencimento em 72 meses, em janeiro de 2030).

"Se ele está ofertando é porque houve demanda por alguns "players" de mercado. Mas a pré de longo prazo é a NTN-F e a LTN têm prazos mais curtos e médios. Isso pode criar uma concorrência entre as LTNs e as NTN-Fs. A não ser que o Tesouro tenha identificado uma demanda muito expressiva por essa LTN, é um papel que concorre bastante com a NTN-F para 2031. Se tem uma demanda forte por LTN 2030, faz sentido emitir papel para 2031?", questiona Goldenstein.

Para Teixeira, da Kinea, o Tesouro mostrou maior disposição em emitir prefixados de longo prazo, em uma tentativa de melhorar a previsibilidade da gestão da dívida. Segundo o executivo, ao colocar no mercado um papel como o janei-ro/2030, o Tesouro está respeitando sua própria regra de não criar NTN-Fs de vencimento em anos pares, mas, ao mesmo tempo, alonga a curva de prefixados sem cupom. Assim, acrescenta, a dívida é muito mais sadia e de fácil previsibilidade, já que, independentemente do que ocorrer com a Selic ou com a **inflação**, o Tesouro sabe quanto precisará desembolsar em 1-de janeiro de 2030. "Achei isso muito inteligente da parte do Tesouro", diz.

"Vamos ver uma queda do colchão de liquidez, mas há bastante tempo para esse caixa ser recomposto"
Leandro Teixeira

Prévia do IGP-M cai, mas cenário do mês é incerto

A primeira prévia do índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) caiu 0,67% em janeiro, após recuar 0,26% em igual prévia referente à dezembro do ano passado. Foi a menor taxa desde agosto de 2023 (-0,81%) segundo a FGV.

A taxa menor, no entanto, não significa que o indicador vai continuar a cair no mês, alertou o economista André Braz. De acordo com ele, a concentração de quedas de preços em commodities, no atacado, foi o que levou à taxa negativa. Para Braz já há sinais de quedas mais fracas, ou de acelerações de preços nessas mesmas commodities no exterior.

Assim, ele não descartou possibilidade de que as commodities voltem a pressionar, para cima, o IGP-M. Isso elevaria chances para taxa maior do indicador, no fechamento do mês.

Com a prévia, o IGP-M acumula queda de 4,03% em 12 meses.

Braz destacou o atacado como principal razão para a deflação no resultado preliminar. O índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), 60% do índice, e que representa preços atacadistas, diminuiu de -0,26% para -0,67%, da primeira prévia de dezembro de 23 para primeira prévia em janeiro.

"Tivemos quedas fortes em commodities importantes para cálculo da **inflação** do atacado no IGP-M", afirmou Braz. São os casos de minério de ferro (-13,18%); óleo diesel (-7,34%); soja (-1,25%); e cana-de-açúcar (-2,61%), ressaltou o técnico.

Enquanto os preços do atacado caíram, o varejo voltou a mostrar **inflação**. O índice de Preços ao Consumidor (IPC), 30% do IGP-M, passou de -0,08% para 0,25% da primeira prévia de dezembro para igual prévia em janeiro, pressionado por alimentos mais caros. O grupo Alimentação, dentro do IPC, passou de -0,09% para 0,95%. Além de commodities com quedas mais fracas ou já em alta, os preços dos alimentos no varejo podem continuar a subir, disse Braz. (AS)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187759?page=1§ion=1>

Dívida pública alta no mundo acende alerta de investidor

Mary McDougall Financial Times, de Londres

Muitos investidores vêm alertando governos ao redor do mundo por seus níveis "desenfreados" de endividamento público e pelos exageros nas promessas pré-eleitorais de captação de dinheiro, que ameaçam desencadear uma reação dos mercados de títulos de dívida.

A emissão de bônus governamentais nos Estados Unidos e no Reino Unido em 2024 deverá ser a maior da história, sem levar em conta os estágios iniciais da pandemia da covid-19.

Os países emergentes se somarão à enxurrada de vendas de títulos, após a dívida pública ter atingido um recorde de 68,2% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2023, segundo o Instituto Internacional de Finanças (IIF), a associação mundial do setor bancário.

Os déficits estão "fora de controle e a verdadeira questão é que não há mecanismo para controlá-los", disse Jim Cielinski, chefe global de renda fixa da firma de gestão de ativos Janus Henderson.

De acordo com Cielinski, a questão se tornará uma preocupação séria para os mercados "nos próximos seis a 12 meses, como algo que importa muito".

O Tesouro dos EUA emitirá cerca de US\$ 4 trilhões em bônus neste ano, com vencimentos entre dois e 30 anos, segundo estimativas da Apollo Global Management, acima dos US\$ 3 trilhões em 2023 e dos US\$ 2,3 trilhões em 2018.

A emissão em termos líquidos, que leva em conta as compras do Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA) e os papéis existentes vencendo, será de US\$ 1,6 trilhão no ano até setembro, segundo cálculos do RBC Capital Markets, a segunda maior da história para um período de 12 meses. O banco canadense estima que a emissão líquida em 2024 e 2025 superará os níveis da era da pandemia.

O alto volume de captação de dinheiro provavelmente fará os mercados desviarem a atenção de seu foco mais costumeiro, o de adivinhar o rumo das taxas de juros, segundo gestores de fundos.

"Estamos verdadeiramente num ambiente desenfreado

para a dívida pública em comparação com os séculos anteriores", disse Robert Tipp, chefe de títulos globais na PGIM Fixed Income. "Todos estão ganhando um passe livre agora, seja nos EUA ou na Itália, mas têm surgido alguns sinais recentes de que investidores e agências avaliadoras de crédito começam a voltar a pensar nisso." O Reino Unido, onde há eleições programadas para este ano, deverá ter seu segundo maior ano em colocações de títulos, atrás apenas de 2020, quando o Banco da Inglaterra, autoridade monetária do país, interveio para absorver a oferta no início da pandemia de covid-19. A emissão do banco central em termos líquidos deverá ser cerca de três vezes superior à média dos últimos dez anos.

Keir Starmer, cujo Partido Trabalhista tem uma vantagem considerável nas pesquisas de opinião pública, deverá redimensionar para baixo as promessas de captar 28 bilhões de libras esterlinas (US\$ 35,6 bilhões) por ano para seu "plano de prosperidade verde", em meio às preocupações com o nível de dívida pública.

Na semana passada, Robert Stheeman, chefe do escritório de gestão de dívidas do Reino Unido, advertiu em entrevista ao "Financial Times" que, "num mundo onde temos dívidas para emitir, a elaboração das políticas econômicas não pode estar divorciada da realidade do mercado".

Na Europa, dez dos maiores países da região do euro emitirão cerca de 1,2 trilhão em bônus neste ano, perto do mesmo nível de 2023, segundo estimativas do NatWest. O banco, entretanto, prevê um aumento na emissão em termos líquidos - que inclui o impacto do aperto quantitativo e exclui a rolagem de títulos existentes - em torno a 18% neste ano, para 640 bilhões.

A atenção aos níveis de endividamento se dá em um ano historicamente movimentado em termos de eleições, o que aumenta os incentivos para os líderes políticos elevarem os gastos. Enquanto os EUA se preparam para a eleição presidencial em 5 de novembro, não há muitos sinais de apetite por contenção fiscal por parte dos principais concorrentes políticos, segundo investidores.

"Tendo em vista os dois principais concorrentes [...], não parece que muita coisa mudará mesmo quando a

eleição terminar, e eles continuarão gastando em nível alto", disse David Zahn, chefe de renda fixa europeia da Franklin Templeton, referindo-se ao presidente Joe Biden e ao seu provável oponente, o ex-presidente Donald Trump. "Em algum momento isso poderia criar um problema para os EUA." O déficit orçamentário dos EUA em relação ao **PIB** deverá oscilar entre 6,5% e 8% nos próximos quatro anos, segundo previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI), um grande aumento em relação ao patamar de menos de 4% em 2022. As projeções indicam que os pagamentos de juros devem crescer de menos de 3% do **PIB** em 2022 para 4,5% em 2028.

O IIF alertou para a série de eleições porvir e para os atuais atritos geopolíticos no mundo emergente, que "levantam preocupações sobre o aumento do endividamento governamental e a disciplina fiscal, inclusive na Índia, África do Sul, Paquistão e EUA".

"Se as próximas eleições resultaram em políticas populistas destinadas a controlar tensões sociais, o resultado pode ser um endividamento governamental ainda maior e uma restrição fiscal ainda menor", destacou o IIF, acrescentando que um aumento repentino nos gastos governamentais durante este ciclo mundial de eleições "pode elevar ainda mais os encargos dos juros para muitos devedores soberanos - já em níveis elevados".

"Os déficits estão fora de controle e a verdadeira questão é que não há mecanismo para controlá-los"
Jim Cielinski

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187759>

Cenário macroeconômico pode tornar operação mais rentável

LUCIANA DYNIEWICZ, SOFIA AGUIAR E CAIO
SPECHOTO

2023 foi um ano para as aéreas mostrarem que podiam ter uma operação rentável - o que conseguiram com sucesso -, e 2024 será o momento de começar a levantar recursos para pagar as dívidas da pandemia.

A demanda resiliente, que surpreendeu o mercado ao continuar aquecida mesmo com os preços das passagens altos, pode ajudar, mas um cenário macroeconômico que favoreça o setor também é essencial, o que inclui crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**), redução da taxa de juros, um real mais valorizado e preço do combustível em queda.

GOL. O cenário varia de uma empresa para outra. A situação da Gol é considerada mais crítica que a das concorrentes. Dos analistas do mercado financeiro ouvidos pelo Estadão, há quem a considere "marginalmente" pior do que há um ano.

A empresa precisa devolver 20 aviões que arrendou e cujos contratos venceram, mas, para isso, precisa que os jatos passem por uma revisão que, no total, custará entre US\$ 200 milhões e US\$ 250 milhões.

Hoje, o caixa que a companhia gera não é suficiente para bancar isso.

No fim de dezembro, porém, a Gol anunciou que havia conseguido uma garantia para buscar linhas de financiamento com terceiros no valor de até US\$ 209 milhões.

Essa garantia, concedida também à Azul, é uma aprovação para acessar uma apólice de seguro de crédito recém-desenvolvida e estruturada com o apoio da Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, e que pode ser usada para viabilizar serviços de manutenção prestados por uma unidade da GE em Petrópolis (RJ).

No mercado financeiro, a preocupação é grande porque, diferentemente do que ocorreu quando a Latam negociava com os arrendadores, a demanda por aviões em todo o mundo cresceu e as fabricantes não estão conseguindo entregar novas aeronaves no ritmo prometido.

Com os arrendadores tendo facilidade para repassar os jatos para outras companhias aéreas, eles estariam pouco dispostos a fazer concessões para a Gol.

Em dezembro, em reunião com analistas do mercado, o CEO da Gol, Celso Ferrer, admitiu que a negociação é mais desafiadora do que seria um ano atrás, mas a aposta é mostrar aos arrendadores que a operação da empresa está robusta.

De fato, no terceiro trimestre de 2023, a companhia registrou uma taxa de ocupação de 83,7% (alta de 2,4 pontos percentuais na comparação com o mesmo período de 2022) e um crescimento de 16,4% na receita operacional líquida.

O problema é que esse resultado ainda não seria suficiente diante do volume de contas a pagar, e há desconfiança no mercado financeiro se a empresa conseguirá gerar caixa em 2024. Procurada, a empresa afirmou que "os incrementos de passivos negociados durante a pandemia estão amplamente divulgados e registrados no balanço da companhia".

AZUL. Em relação à Azul, que conseguiu renegociar contratos com os arrendadores em 2023, analistas do mercado apontam que deve haver uma geração de caixa crescente a partir deste ano. O CEO da aérea, John Rodgerson, também tem afirmado que, depois de três anos e meio, 2024 será o primeiro ano com caixa positivo. O executivo diz que a companhia trabalha com a hipótese de o preço do combustível ceder, o que auxiliaria nos resultados.

"Em 2023 focamos na renegociação da dívida. O custo dela acabou mais do que dobrando.

A tarifa mais alta hoje paga apenas o juro. Mas a ideia é ampliar a oferta para reduzir custos.

Faremos isso conforme recebermos novos aviões da Embraer, que usam menos combustível", diz Rodgerson. A companhia pretende ampliar a oferta em 11% no ano - mesmo crescimento de 2023.

LATAM. Para a Latam, que conseguiu renegociações financeiras mais favoráveis antes mesmo de 2023, o desafio de 2024 é aumentar as margens, de acordo com analistas. No terceiro trimestre do ano passado, a

empresa teve uma margem operacional de 13,4%, enquanto a Gol e a Azul registraram, respectivamente, 17,7% e 19,6%.

O CEO da Latam no Brasil, Jerome Cadier, destaca que a operação doméstica da empresa já está com uma oferta entre 6% e 8% maior do que no período de pré-pandemia.

No segmento internacional, a tendência é de que os patamares de 2019 voltem a ser vistos no segundo semestre de 2024. "Devemos continuar crescendo com a mesma velocidade de 2023." Segundo Cadier, apesar do aumento da oferta o preço das passagens deve se manter elevado, o que pode ajudar a ampliar as margens. Otimista, o executivo também não vê grandes riscos que possam alterar o cenário de 2024 para a empresa.

"A única dúvida é o preço do petróleo. O resto está relativamente controlado."

*

Aposentado do **INSS** e estudante terão bilhete a R\$ 200, diz ministro

SOFIA AGUIAR E CAIO SPECHOTO

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, disse ontem que o programa Voa Brasil, de barateamento de passagens aéreas, deve estar disponível na primeira quinzena de fevereiro. A iniciativa terá passagens por até R\$ 200 e deve alcançar, de início, aposentados do **INSS** e estudantes do Prouni que não viajaram de avião nos últimos 12 meses.

Segundo o ministro, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pode entrar na operação para oferecer crédito às companhias aéreas "para investimentos". Ele não deixou claro se a instituição de fomento poderia subsidiar o barateamento das tarifas previsto no programa.

Em um primeiro momento, o Voa Brasil atenderá aposentados que ganham até dois salários mínimos - grupo que tem hoje por volta de 20 milhões de pessoas - e estudantes do Prouni - ao redor de 600 mil.

A quantidade de passagens previstas na primeira fase do programa deve ser anunciada pelo governo no dia do lançamento. Segundo Costa Filho, a negociação com as aéreas está "bem alinhada".

Em 18 de dezembro, ao lado do ministro, o presidente

da Azul, John Rodgerson, havia anunciado a oferta de 10 milhões de assentos por até R\$ 799. Já o presidente da Gol, Celso Ferrer, falou em 15 milhões de assentos por até R\$ 699. Jerome Cadier, da Latam, prometeu promoções semanais com um destino com bilhetes sempre abaixo de R\$ 199.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercados têm dia negativo com agenda fraca

Gabriel Roca, Arthur Cagliari e Matheus Prado De São Paulo

Os ativos locais encerraram a sessão ontem no vermelho, conforme os agentes seguiram ajustando posições e embolsando lucros recentes diante de agenda fraca no Brasil e no exterior até amanhã, quando saem dados de **inflação** por aqui e nos Estados Unidos.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 subiu de 10,075% do ajuste anterior para 10,125%, enquanto a do DI para janeiro de 2027 avançou de 9,84% para 9,89%. O dólar fechou o dia negociado em alta de 0,69%, a R\$ 4,9044, e o Ibovespa recuou 0,74%, aos 131.447 pontos.

Após o otimismo observado no fim de 2023, profissionais indicam que o componente técnico do mercado local está menos positivo atualmente, já que muitos players ampliaram apostas na queda dos juros futuros no momento em que os preços já não se mostram tão atrativos. Assim, a Selic precificada pelo mercado ao fim do ano em 9% já volta a se aproximar dos 9,5%.

E as apostas em torno da extensão do ciclo de afrouxamento monetário pelo Banco Central (BC) também passaram a ser revistas. De acordo com a precificação extraída da curva, a Selic esperada para o fim de 2024 passou a ser de 9,375%. Já no mercado de opções digitais de Copom, a chance de uma aceleração no ritmo de cortes para 0,75 ponto percentual em março caiu de 14% para 12%.

"Nosso cenário se mantém em 9% no final do ciclo, encerrado em setembro de 2024. Há um debate em curso sobre a extensão deste ciclo e se seria possível que a Selic viesse abaixo de 9%, para algo mais próximo a 8%, pela política monetária americana e **inflação** local. Como estamos um pouco menos construtivos que o mercado sobre os temas, continuamos com o mesmo cenário de antes", afirmam profissionais da Quantitas.

A gestora também mantém uma visão mais negativa para a **inflação** do que a média. "Enquanto o mercado está com uma projeção entre 3,7% e 3,9%, continuamos com uma projeção mais pessimista, mais próxima de 4,5%. Questões mais setoriais e microeconômicas explicam nossa **inflação** mais alta que a média de mercado e temos bastante cautela em

relação aos riscos fiscais adormecidos, mas certamente presentes, como impulsionadores de risco e que fariam o Banco Central ter cautela na queda de juros", apontam.

Assim, a Quantitas não possui posições na curva de juros nominais e reduziu as apostas aplicadas em trechos longos da curva de juro real, montadas em novembro. Também foram mantidas as posições compradas em **inflação** implícita para 2024 e 2025.

Ao comentar sobre a perspectiva do câmbio doméstico para o início deste ano, o economista Victor Beyruti, da Guide Investimentos, lembra que ainda há muitas incertezas no horizonte e que o Federal Reserve (Fed) não cravou uma data para o início do seu corte de juros. "Poderemos ver turbulência já neste primeiro trimestre", cliz. "Por isso, os dados de **inflação** dos EUA a serem divulgados nesta semana devem ser um bom orientador. Se continuarmos vendo um processo contínuo de desinflação, poderemos ver um alívio maior da força do dólar]", afirma. "Caso contrário, o real vai encontrar muita dificuldade em apreciar mais do que o patamar de R\$ 4,88 e R\$ 4,90, que vemos agora." O economista da Guide também afirma que a questão fiscal pode adicionar pressão ao câmbio nos primeiros meses do ano. "Se a proposta do governo tiver que abrigar novos gastos e fugir do que o mercado espera [para o déficit primário], pode ser que piore também a situação do real", diz.

Apesar desses entraves aqui e lá fora, Beyruti ressalta que os fundamentos da moeda continuam bons. "O CDS [Credit Default Swap, que mede o risco de um país] de cinco anos, por exemplo, está perto de 138 pontos, o que é relativamente baixo para os tempos recentes. Ele chegou a ficar acima de 260 pontos naquele pós-eleição, em que se discutiu, entre outras coisas, a mudança da meta [de **inflação**]." Além disso, Beyruti menciona o forte fluxo cambial devido à entrada de capital via conta comercial. "Nesse caso, precisamos levar em conta o fato de que poderemos não ter neste ano o mesmo ímpeto de 2023. Já que temos El Nino agora e poderemos ter La Nina no fim do ano", afirma. Para o fim de 2024, o economista diz projetar o câmbio a R\$ 5,10 por dólar.

0,74% foi a queda do Ibovespa

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187759>

Treasuries estão supervalorizados, diz Gross

O gestor de recursos Bill Gross, que ganhou milhões ao apostar na queda dos juros na renda fixa dos EUA em outubro, agora diz que os Treasuries estão "sobrevalorizados". Os títulos de 10 anos do Tesouro americano tiveram forte apreciação entre o fim de outubro e o fim do ano, com queda da taxa exigida pelos investidores de quase 5% para cerca de 3,8%. Gross se posicionou para a virada na hora certa por meio de derivativos de juros. Agora, o ex-chefe e cofundador da Pimeo - que em seus tempos áureos foi chamado "rei" dos Treasuries- diz que os títulos do Tesouro dos EUA indexados à inflação-as TIPS- são uma opção melhor do que as notas de referência. Mas ele não está comprando, segundo seu mais recente post no X. Gross, que cofundou a Pinico no início dos anos 70, também acertou em agosto, quando disse que "yields" (rendimentos) de 10 anos perto 4,15% estavam baixos demais. As taxas dispararam nos dois meses seguintes para máximas de 16 anos.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187759>

Itaú BBA ainda vê descontos na bolsa

Matheus Prado De São Paulo

O solução dos mercados globais nos primeiros negócios de 2024 não assusta o Itaú BBA, que segue otimista com a bolsa brasileira, em linha com o consenso do mercado, e enxerga o Ibovespa aos 145 mil pontos no fim de 2024. Apesar de possíveis desafios macroeconômicos à frente, o banco aponta que 81% das ações locais ainda negociam abaixo do histórico, possibilitando ganhos adicionais adiante.

"Acreditamos que o mercado refletiu o Treasury de dez anos, que saiu de 3,8% para 4% nos últimos dias e cuja precificação de queda de juros em março ainda é majoritária, mas caiu em probabilidade", diz Daniel Gewehr, estrategista-chefe do Itaú BBA, em entrevista ao Valor. "Não muda nossa tese, que é baseada no desconto das ações locais, na melhora do seu ciclo de lucros e no seu retorno sobre o patrimônio [ROE] acima dos pares emergentes." Gewehr entende que, mesmo com a correção recente dos títulos americanos, o patamar atual das taxas permite alguma visibilidade - diferente de quando os rendimentos dispararam, no ano passado, e os investidores não conseguiam nem mesmo calcular seu custo de oportunidade. "É claro que, caso não haja "soft landing" [pouso suave], emergentes devem sofrer", diz. "Mas, pensando em alocação global, o Brasil tem vantagem em relação a pares, porque está adiantado no ciclo de afrouxamento, a **inflação** está rodando abaixo do esperado e, enquanto um dos dilemas do mercado americano é se os lucros do S P vão ser revisados para baixo, por aqui, esse medo existia há três meses, mas agora temos visto revisões para cima nas estimativas do mercado." O BBA defende que, como o juro real brasileiro ainda é alto, existe algum espaço para compressão da curva longa e, conseqüentemente, impacto na tendência de lucros para a bolsa. No terceiro trimestre, nota Gewehr, os lucros das empresas locais recuaram 21% e o Ebitda caiu 23%. Olhando para frente, a expectativa do banco é de crescimento de duplo dígito nos lucros, em 13%, com commodities de lado e domésticas ganhando mais de 20%. "Isso surpreende, já que o Brasil é um país tradicionalmente composto por teses de valor." "Desses 13%, esperamos que um pouco mais da metade venha da queda de juros e a queda da despesa financeira das empresas ajude com o restante. Isso porque 70% das empresas cobertas pelo Itaú BBA já entregaram crescimento de Ebitda no terceiro trimestre e nossa expectativa é que este número cresça para 82% no ano que vem. Ademais, a bolsa brasileira tem o maior retomo sobre o patrimônio

(ROE) entre emergentes nos últimos cinco anos, e ainda pode melhorar mais um tanto em 2024." Em termos de "valuation", prossegue, 81% das ações brasileiras negociam abaixo do histórico. "O mundo tem três "poças" de desconto hoje: China, México e Brasil, sendo que o primeiro não é bem visto por investidores globais no momento. A Índia negocia com prêmio de 10%, os mercados desenvolvidos estão em linha com o histórico e o Brasil ainda tem 20% de desconto. Por isso o nosso "target" para a bolsa é de 145 mil pontos, o que indica mais de 15% de "upside" se incluirmos dividendos", diz.

O patamar ainda elevado dos juros segue impondo, no entanto, alguns desafios. Gewehr fez reuniões com investidores americanos e europeus em dezembro e ouviu que, após a guinada do Federal Reserve (Fed) para uma postura mais suave ("dovish, no jargão do mercado), o grupo passou a alocar em países que já estão no processo de afrouxamento de juros. Assim, diz, a probabilidade, mesmo após as entradas recentes, é que o mercado local continue recebendo fluxo externo, a depender, é claro, de como a economia americana irá se portar à frente. Em 2023, o saldo de aportes da categoria somou R\$ 44,85 bilhões, dos quais R\$ 38,48 bilhões só entre novembro e dezembro.

"O investidor institucional local também tem, pelo que temos ouvido, viés de aumentar sua alocação em bolsa. Os multimercados têm mais opções de investimento em outras modalidades, mas o momentum ajuda", diz.

"Os fundos de ações são hoje 8,5% da indústria local de fundos, e acreditamos que podem voltar a alcançar os 10% que já representaram. É cedo para falar, porque esse ciclo de juros não terá taxa terminal tão baixa quanto a de 2020, e agora temos a competição das debêntures incentivadas. Mas cada trimestre com a Selic mais baixa tende a provocar uma busca por ativos mais rentáveis. O que, no futuro, pode trazer de volta à bolsa outras modalidades de investidores, como os fundos de pensão." Entre os riscos negativos, ele diz que é preciso monitorar possíveis surpresas baixistas do **PIB** e o fiscal, entre o alcance das medidas de arrecadação do governo e uma possível revisão da meta de primário. "Para o estrangeiro, a noção de que houve deterioração global dos gastos públicos segue ajudando o Brasil." Em termos setoriais, uma das preferências do banco é por papéis cíclicos domésticos, que se beneficiarão da melhora do cenário de juros. "É o tema mais demandado por

investidores", diz. "A bolsa subiu muito em "large caps", este ano pode ter mais "stock picking" de empresas de menor capitalização."

"A tese é baseada no desconto das ações locais, na mel hora do seu ciclo de lucros e no ROE acima dos pares emergentes" Daniel Gewehr

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187759>

Ibovespa é puxado pelas commodities

Reuters

São Paulo - O Ibovespa fechou em queda ontem, pressionado por recuo de papéis ligados a commodities e bancos, em dia de agenda econômica esvaziada e com investidores ainda em compasso de espera pelos dados de **inflação** nos Estados Unidos nesta semana.

Índice de referência do mercado acionário brasileiro, o Ibovespa caiu 0,74%, a 131.446,59 pontos, tendo oscilado entre a mínima de 131.203,45 pontos e a máxima de 132.425,91 pontos durante a sessão. O volume financeiro somou R\$ 18,6 bilhões.

Para o head da EQI Research, Luís Moran, os relatórios de **inflação** nos EUA, previstos para quinta-feira, continuam sendo o ponto central de atenção do mercado ao longo desta semana.

O S P 500 e o Dow Jones fecharam em queda, pressionados por uma alta modesta nos rendimentos dos Treasuries, conforme investidores avaliam o momento e o tamanho de quaisquer cortes na taxa de juros do Federal Reserve em 2024.

"A gente tem olhado mais para exterior", acrescentou a sócia e especialista da Blue3 Investimentos, Bruna Centeno, afirmando que o sentimento nas bolsas norte-americanas precipitou tom mais negativo do Ibovespa.

Sem grandes drivers no dia, o recuo de papéis ligados a setores-chave, como commodities e bancos, contribuíram para o desempenho fraco do índice.

Os preços do minério de ferro na China encerraram as negociações diurnas em baixa, corroborando queda da Vale, enquanto a alta do petróleo no exterior não foi suficiente para ancorar as ações da Petrobras.

No cenário local, a questão fiscal permaneceu no radar, com investidores monitorando os desdobramentos relacionados à medida provisória que reonera de forma gradual a folha de pagamento de setores da economia.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse ontem que a prorrogação da desoneração da folha foi uma decisão do Congresso e dificilmente uma revogação do benefício avançará no Legislativo.

Destaques - Vale ON caiu 1,27%, a R\$ 73,33, na

esteira da quarta sessão consecutiva de queda do minério de ferro.

O contrato de maio mais negociado na Bolsa de Mercadorias de Dalian (DCE) da China encerrou as negociações diurnas com queda de 0,25%, a 994 iuanes (US\$ 138,82) por tonelada, após recuo de 1,1% na segunda-feira.

Petrobras PN recuou 0,86%, a R\$ 38,10, e Petrobras ON caiu 0,55%, a R\$ 39,42, com a valorização dos preços do petróleo no mercado internacional não sendo suficiente para sustentar o papel da petrolífera. No setor, 3R Petroleum ON avançou 4,20%, a R\$ 28,52 e Prio ON subiu 1,16%, a R\$ 46,28. O petróleo Brent fechou em alta de 1,9%, a 77,59 dólares por barril.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-10-01-2024/>

Dólar interrompe sequência negativa

(Reuters)

São Paulo - O dólar à vista fechou em alta no Brasil, interrompendo uma sequência de três sessões consecutivas de queda, com as cotações em sintonia com o avanço da moeda norte-americana ante as demais divisas no exterior, em um dia marcado por nova alta dos rendimentos dos títulos norte-americanos.

O dólar à vista fechou o dia cotado a R\$ 4,9068 na venda, em alta de 0,76%. Em janeiro, a moeda norte-americana acumula elevação de 1,14%.

Na B3, às 17:12 (de Brasília), o contrato de dólar futuro de primeiro vencimento subia 0,72%, a R\$ 4,9195.

Profissionais ouvidos pela Reuters afirmaram que a nova alta dos rendimentos dos Treasuries, em meio à percepção de que aumentaram as chances de que o Federal Reserve não corte juros em março, impulsionou a moeda norte-americana ao redor do mundo, inclusive no Brasil.

"O mercado segue em compasso de espera para a leitura de índices de **inflação** nesta semana, aqui e nos EUA", afirmou o diretor da assessoria de câmbio FB Capital, Fernando Bergallo.

"A agenda (de indicadores) fraca (hoje) e o giro fraco também deixam o mercado com menor liquidez e, então, um pouco mais sensível ao impacto de operações comerciais", acrescentou.

Investidores aguardam a divulgação do índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) dos EUA, na quinta-feira, e dos primeiros balanços corporativos norte-americanos, na sexta-feira, para avaliar os rumos da economia e, em paralelo, o futuro da política monetária do Fed. A depender do resultado, podem ocorrer mudanças de posições mais relevantes nos mercados - inclusive no de câmbio.

No Brasil, o destaque será a divulgação da **inflação** oficial na quinta-feira (11).

Ainda que o dólar tenha subido nesta terça-feira, alguns profissionais do mercado seguem defendendo que a tendência de curto prazo para a moeda norte-americana é de baixa ante o real, considerando os níveis ainda elevados da taxa básica Selic e a perspectiva de que o Fed comece a cortar juros em

algum momento este ano.

Internamente, investidores acompanharam nesta terça-feira as negociações em torno da proposta do governo para reonerar a folha de pagamentos de empresas -- um fator que não chegou a fazer preço no mercado de câmbio.

Pela manhã, o Banco Central vendeu todos os 16.000 contratos de swap cambial tradicional ofertados na rolagem dos vencimentos de março.

Às 17:12 (de Brasília), o índice do dólar -- que mede o desempenho da moeda norte-americana frente a uma cesta de seis divisas -- subia 0,22%, a 102,520.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-10-01-2024/>